ESTUDO DO COMPONENTE SOCIOECONÔMICO
NO PROJETO FOSFATO TRÊS ESTRADAS DA EMPRESA AGUIA NO RS,
COM REQUERIMENTO AO MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL

VIOLAÇÕES DE DIREITOS ENTRE
2011 A 2019

Elaborado a partir de documentos,
matérias, vídeos, depoimentos e trabalho de campo

Bioma Pampa, Rio Grande do Sul, dezembro de 2019

SUMÁRIO

1. **Introdução**

2. **Objetivo**

3. **Metodologia**

4. **Análise a partir do histórico desde a chegada da empresa AGUIA na região (2011 a 2019)**

5. **Análise do componente socioeconômico referente a ADA no EIA (2018)**

6. **Análise do componente socioeconômico no NOVO RIMA (2019)**

7. **Três Estradas tem gente, tem voz, tem memória, tem saberes, tem história...**

8. **Análise de materiais de comunicação social da AGUIA após emissão de LP**

9. **Considerações finais e Requerimento ao MPF**

"Não tem dinheiro que pague tua tranquilidade,
a água, animais com saúde, o lugar sagrado,
a história da tua família"

"Todo nosso território é área muito preservada...
e a gente tá com mineração.
É um monte de gente que vai ser atingida."

"E a gente teve lá em Lavras, quem era contra não pôde se manifestar...
As vezes a gente não vai porque tá trabalhando, acham que não temos interesse...
e as vezes não vale nem a pena, porque não te dizem nada..."

Depoimentos colhidos em Três Estradas, Lavras do Sul. Bioma Pampa, RS (2019)

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos indícios de violações de direitos relacionados ao projeto Fosfato Três Estradas, das empresas Águia Fertilizantes S.A. e Aguia Resources Ltd. vêm sendo evidenciados.

Trata-se de um projeto para mineração de fosfato a céu aberto, além de calcário, que prevê a instalação, em Lavras do Sul (RS), de cava, pilhas de estéril, barragens de água, calcário e de rejeitos, diques, estradas e planta de beneficiamento. O projeto obteve Licença Prévia (LP) da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) em outubro de 2019, o que deixou perplexas pessoas, comunidades, organizações da sociedade civil e da comunidade acadêmica, que há tempos vêm se manifestando, demandando debates, consultas e apontando fragilidades e irregularidades no processo.

O presente estudo é uma sistematização e análise retrospectiva e atual, fundamentada em diversas fontes e trabalho de campo, a fim de demonstrar de forma mais explícita as violações de direitos, em especial relacionadas à comunidade de Três Estradas em Lavras do Sul, mas também em relação a outras comunidades, de outros municípios, daquele território tão conservado do bioma Pampa... Vale a pergunta: Conservado há tanto tempo, por quem?

Elaboraram este Estudo as seguintes organizações:

- **Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa reúne representações de oito identidades presentes no bioma Pampa - Povos Indígenas, Povo Cigano, Povo Pomerano, Povo de Terreiro, Kilombola, Pescadoras e Pescadores Artesanais, Benzedeiras e Benzedores e Pecuaristas Familiares. Desde 2015 vem atuando para a visibilidade e defesa de direitos étnicos e territoriais e para a defesa do bioma Pampa.

comitepampa.com.br

- **Fundação Luterana de Diaconia - FLD**

A Fundação Luterana de Diaconia atua na promoção e defesa de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais por meio da participação em espaços de diálogo e construção social e por meio do apoio a projetos e iniciativas da sociedade civil. Tem sua atuação baseada na Diaconia Transformadora, na Justiça de Gênero e na Justiça Socioambiental.

fld.com.br

- **Núcleo Educamemória/ Instituto de Educação/ Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

O Núcleo Educamemória da FURG atua em ensino, pesquisa e extensão sobre os processos da Educação e da Memória no âmbito da educação formal e não-formal. Realiza investigações, análises e produção acadêmica sobre patrimônio cultural, histórico e socio-bio-diverso, sobre memória individual e coletiva e sobre processos de vida de diferentes grupos humanos e suas relações com a vida cotidiana. Atua com temas como identidade, autorreconhecimento e pertencimento.

educamemoria.furg.br

2. OBJETIVO

Sistematizar e analisar informações, dados e depoimentos para demonstrar as violações de direitos relacionadas ao projeto Fosfato Três Estradas da empresa Aguia no Município de Lavras do Sul, RS, desde a chegada da empresa na região até o presente momento (2011 a 2019) subsidiando Requerimento ao Ministério Público Federal (MPF).

3. METODOLOGIA

O presente Estudo foi elaborado a partir da sistematização e análise de dados, informações e registros obtidos em documentos, matérias, vídeos, depoimentos e trabalho de campo realizado no ano de 2019, referente ao período informado sobre a chegada da empresa Águia Fertilizantes S.A. no Município de Lavras do Sul, RS e o momento atual (2011 a dezembro de 2019).

Os principais documentos analisados foram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) protocolado na Fepam em 2018; o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) revisado, aqui chamado de "Novo RIMA" e Complementações protocoladas na Fepam em agosto de 2019, especialmente no que se refere a Área Diretamente Afetada (ADA).

Também foram analisadas matérias e vídeos, publicados nos sites das empresas Águia Fertilizantes e Aguia Resources; outros documentos e notícias publicadas sobre o projeto Fosfato Três Estradas e sobre as barragens Taquarembó e Jaguari, além de Atas de reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria.

Foi dada atenção especial para a sistematização e análise de depoimentos e registros feitos na região da Área Diretamente Afetada (ADA), na comunidade de Três Estradas em Lavras do Sul, RS. Os fatos e depoimentos narrados pelas pessoas mais diretamente relacionadas aos impactos potenciais, no caso de implantação do projeto, são fonte fundamental na metodologia da HISTÓRIA ORAL.

A HISTÓRIA ORAL é uma metodologia de pesquisa para compreender a realidade contemporânea e do passado, a partir de sujeitos considerados excluídos da história oficial. Consiste em colher depoimentos e outros tipos de registros - a partir de um estudo e roteiro prévio - junto a pessoas que testemunham seu modo de vida, acontecimentos e contextos vividos em seu cotidiano, relacionados a história local e enraizada. Tem enfoque em diferentes maneiras de ver e sentir, valorizando a perspectiva da micro-história. É uma metodologia reconhecida e utilizada no Brasil desde 1970.

> *"As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros"*[1]

Considerada por alguns uma técnica devido ao uso do aparato que a cerca ou uma metodologia e por outros uma disciplina, no sentido de campo do conhecimento (FERREIRA, 2012)[2] a HISTÓRIA ORAL tem se afirmado pelo seu poder de dar voz a uma parcela da população anônima e/ou excluída que marginalizada por uma perspectiva dominante acabaria se perdendo. O uso das fontes orais tem potencial para gerar novas perspectivas para a historiografia contemporânea e acrescentar a isso uma dimensão viva com atores e testemunhas dos fatos e acontecimentos estudados.

Nos processos de pesquisa, a narrativa pode ser uma forma de HISTÓRIA ORAL. As narrativas podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

[1] https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral

[2] FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

4. ANÁLISE A PARTIR DO HISTÓRICO DESDE A CHEGADA DA EMPRESA AGUIA NA REGIÃO (2011 a 2019)

Segue abaixo uma descrição cronológica de acontecimentos relacionados às questões socioeconômicas, especialmente desde a chegada da Aguia em Lavras do Sul, RS, até dezembro de 2019, demonstrando como os aspectos econômicos têm sido determinantes para o avanço deste projeto de mineração e como os aspectos socioeconômicos e as manifestações, denúncias e solicitações de pessoas, comunidades e organizações da sociedade civil não tem sido consideradas e encaminhadas pela empresa, pelo órgão licenciador e demais órgãos de controle social e gestão:

Antecedentes e Relações corporativas

A australiana Newport Mining, criada em 2008 para prospectar cobre e ouro e com ações lançadas na bolsa de valores da Austrália (ASX), adquiriu em junho de 2010, a Águia Metais, que tinha direitos de pesquisa para rocha fosfática nos projetos em Minas Gerais (Lucena Fosfato e Mata da Corda Fosfato), passando a se chamar Aguia Resources. No fim de 2010, a empresa adquiriu os projetos de fosfato Joca Tavares e Três Estradas que eram da Companhia Brasileira de Cobre (CBC).[3]

Por certo tempo, o projeto foi chamado Fosfato Rio Grande e a empresa de referência era Águia Metais. Especialmente com a criação do site do projeto, em 2017, os nomes/ marcas Projeto Fosfato Três Estradas e Águia Fertilizantes (criada em 2012) foram mais amplamente divulgados. O grupo Aguia Resources segue com intenção de ampliar projetos de fosfato, cobre e outros minerais no RS (Rio Grande Projects). A Aguia Resources integra o grupo canadense Forbes & Manhattan (F&M), que detém mais de 3,5 milhões de hectares de subsolo brasileiro em processos minerários.

2011

Chegada da empresa Águia no município de Lavras do Sul. O início das perfurações é anunciado para acionistas no site da Aguia Resources[4].

Águia começa a participar de reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Santa Maria e segue participando até 2019 totalizando 84 reuniões, conforme Ata 290[5]:

> *...a Empresa Águia Fertilizantes, participou de oitenta e quatro reuniões, de forma voluntária, desde o ano de dois mil e onze...*

2012 a 2014

Provável período de estudo da Aguia sobre a região (relações sociopolíticas e econômicas) e prospecções.

2015

Reunião do Comitê BH Santa Maria coloca em pauta a alteração de Classe Especial para Classe I das águas na região onde o projeto Fosfato pretende se instalar. Manifestação da Prefeita em exercício de Lavras do Sul, presente na reunião, conforme Ata 170[6]:

[3] https://www.noticiasdemineracao.com/geral/news/1127441/aguia-resources
[4] http://aguiaresources.com.au/2011/10/27/diamond-drilling-program-underway-tres-estrada-phosphate-project-southern-brazil/
[5] https://www.comiteriosantamaria.com.br/reunioes/atas
[6] https://www.comiteriosantamaria.com.br/reunioes/atas

...nesta importante reunião, onde o assunto a ser tratado é o enquadramento da classe da água das nascentes dos rios Jaguari e Taquarembó, atualmente enquadrados como classe especial, precisamos no dia de hoje do apoio para que o enquadramento passe para classe dois, possibilitando assim que a empresa Águia Metais possa instalar uma planta para mineração em nosso município.

A Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM), que congrega pessoas, organizações e Prefeituras que também estão no Comitê BH Santa Maria, publica uma das primeiras (senão a primeira) matéria referente ao projeto Três Estradas, um estudo EM INGLÊS sobre a viabilidade econômica do empreendimento, e fornece um resumo em português, dizendo ser UMA CORTESIA do Gerente de Exploração da Empresa, Alfredo Nunes.[7]

2016

Resolução CRH-RS 190 altera o enquadramento das águas das nascentes dos rios Jaguari, Taquarembó e Santa Maria de Classe Especial para Classe I conforme deliberado pelo Conselho BH Santa Maria.

Conclusão do Plano de Recursos Hídricos da BH do rio Santa Maria com participação da empresa Águia no processo de elaboração, conforme registros em Atas do Comitê de BH Santa Maria.

A australiana Aguia Resources levanta cerca de 20 milhões de reais usados em capital de giro e para custear a conclusão do estudo econômico-financeiro de viabilidade do projeto.[8]

Aguia contrata a americana Milcreek Mining Group para estudo de viabilidade econômica do projeto. E para realizar o EIA-RIMA contrata a global/canadense Golder Associates que foi a empresa inicialmente contratada pela Samarco após o rompimento da barragem em Mariana (MG) para recuperação das áreas atingidas, porém nada foi divulgado nas mídias sobre sua atuação naquele contexto.

2017

Comunidades locais de Lavras do Sul e região recebem primeiras informações de que o projeto tem real intenção de se instalar na região.

Primeira representação ao MPF, feita por morador da comunidade Três Estradas, denunciando irregularidades no processo de licenciamento ambiental e a impossibilidade de acessar informações sobre o projeto pela comunidade local.

Manifestações públicas contrárias ao projeto Fosfato Três Estradas feitas por moradoras e moradores da região de Lavras do Sul e Bagé em programas de rádio e reportagens em jornais, nos veículos de comunicação da região, Folha da Cidade e Folha do Sul.

Publicação de artigo elaborado por pesquisador e pesquisadora da UNIPAMPA levantando reflexões e preocupações sobre o projeto Fosfato Três Estradas.

---

[7] ÁGUIA METAIS: PROJETO TRÊS ESTRADAS. Agosto de 2015 http://ausm.com.br/noticias/188-aguia-metais-projeto-tres-estradas

[8] https://www.noticiasdemineracao.com/outros/news/1134442/aguia-levanta-rusd-mi-para-projeto-fosfato-rs?source=noticiasdemineracao

Criado site do Projeto Fosfato. Primeira notícia anuncia participação da empresa na elaboração do Plano Estadual de Mineração.[9] No período de 2017 a 2019 foram divulgadas cerca de 120 notícias, uma média de uma notícia por semana, a grande maioria delas de caráter publicitário e divulgando ações de patrocínio da empresa junto a escolas e eventos municipais.

Diversos eventos promovidos pela sociedade civil e por universidades promovem debates sobre projetos de mineração e emitem Manifestações e Cartas de repúdio aos projetos de mineração que avançam no estado. Algumas das organizações promotoras destes debates: AGRUPA, União pela Preservação (UPP), Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), FURG, UFPel, UFRGS, IFSUL, Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (MOGDEMA), Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente no RS (APEDeMA), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), dentre muitas outras. Os eventos se intensificam nos anos seguintes, com ampliação do número de organizações e movimentos.

A empresa Águia tem participação ativa nas reuniões do Comitê BH Santa Maria. Entre os anos 2017 e 2018 diversos representantes da empresa estiveram em mais de 10 reuniões.

2018

A empresa Águia move processos judiciais contra três moradores da comunidade de Três Estradas, que não permitiram acesso a suas propriedades na fase de pesquisa.

A empresa Águia move processo judicial contra um professor universitário vinculado a UFPel por promover um debate crítico sobre o projeto, com estudantes daquela universidade, na sede do Sindicato Rural, no município de Lavras do Sul.

A empresa contrata a sturtup de inovação e comunicação "Nano Biz Tools" para treinamento de sua equipe para "enfrentar a desconfiança da população" e aprimorar o marketing para convencimento e "bom convívio com a comunidade local".

Lançado o filme "Dossiê Viventes" (AGRUPA e Coletivo Catarse) de denúncia sobre as ameaça de projetos de mineração no Pampa, em especial na região do Alto Camaquã. O filme também traz depoimento sobre o projeto Fosfato Três Estradas.

Em dezembro (dia 20), é protocolado o EIA-RIMA no sistema SOL de Licenciamento da Fepam (processo administrativo nº 7404-0567/18-8).

Em dezembro (dia 22), a empresa protocola resposta ao primeiro Oficio da Fepam (OFGSOL nº 3585/2018 de 20/12!) solicitando complementações no EIA-RIMA.

2019

Em fevereiro é aprovada Moção de Repúdio ao projeto Fosfato Três Estradas, pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), apontando para um processo tendencioso, falho e desrespeitoso para com as comunidades locais, com potencial de graves impactos no modo de vida das comunidades, bem como nas identidades socioculturais.

[9] http://projetofosfato.com.br/aguia-participa-da-elaboracao-do-plano-de-mineracao-do-rs/

Em março, é realizada Audiência Pública em Lavras do Sul, referente ao EIA-RIMA e processo de licenciamento ambiental em trâmite na Fepam. Um peticionamento foi feito junto a Fepam e ao MPF indicado irregularidades desde a publicação do edital, porém a audiência ocorreu conforme previsto pela empresa.

Entre março e maio, foram protocoladas no MPF, denúncias sobre a forma inadequada de condução da audiência pelo representante da Fepam, permitindo intimidação e hostilidades a pessoas que tentavam se manifestar contrárias ao projeto durante a audiência. As denúncias foram feitas por integrantes da comunidade local, de comunidades acadêmicas, e pela Associação pela Grandeza de Palmas (AGRUPA). Apesar disso a Aguia Resource divulgou para o público de investidores que a audiência foi um SUCESSO:

> *positivas the overall response throughout the evening was extremely positive*
> *a participação e a resposta geral durante a noite foram extremamente positivas.*[10]

Em março, após a audiência, são protocolados na Fepam e no MPF pareceres técnicos e considerações que apontam para fragilidades e omissões nos meios físico, biótico e socioeconômico do EIA-RIMA do projeto. Protocolaram documentos pesquisadoras/es e docentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), URCAMP, bem como a Associação pela Grandeza de Palmas (AGRUPA), o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD).

Em março e abril, são protocolados na FEPAM e no MPF abaixo assinados solicitando audiências públicas na comunidade de Três Estradas em Lavras do Sul e no município de Dom Pedrito.

Em maio, a empresa protocola resposta ao segundo Oficio da Fepam (OFGSOL 1074/2019) que solicitou complementações.

Em julho, é protocolado no MPF um documento técnico elaborado por docente e pesquisador da FURG apontando para riscos socioambientais, afirmando que as questões da AGRUPA não foram respondidas no Oficio de abril publicado pela empresa. O documento demanda também Audiência Pública em Dom Pedrito.

Em julho, representantes da Águia Fertilizantes e da corporação estrangeira Aguia Resources foram recebidas pelo Governador Eduardo Leite, Secretários de Estado, Deputados Estaduais, incluindo o Presidente da AL-RS e o Prefeito de Lavras do Sul. Na reunião a ÁGUIA APRESENTOU UM VÍDEO NUNCA APRESENTADO ÀS COMUNIDADES POTENCIALMENTE IMPACTADAS. Na ocasião o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura teria PROMETIDO que a emissão da Licença Prévia (LP) sairia em poucos dias, desvirtuando trâmites técnicos e legais próprios do processo de licenciamento, conforme noticiado:

> *De acordo com Lemos, o projeto é prioridade para a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que promete emitir a Licença Prévia (LP) em até 15 dias após receber os estudos complementares de cerca de 17 itens, previamente exigidos pela entidade.*[11]

[10] http://aguiaresources.com.au/2019/03/21/successful-community-consultation-event-for-aguias-tres-estradas-phosphate-project/

[11] https://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/fosfato-tres-estradas-projeto-esta-em-fase-final-para-obtencao-licenca-previa

Em agosto, a empresa protocola resposta ao terceiro Ofício da Fepam (OFGSOL nº 2341/2019) e complementações, o que inclui a revisão do RIMA (Novo RIMA).

Em agosto, o Comitê de Combate a Megamineração/ CCM-RS, composto por cerca de 120 organizações, bem como pessoas e organizações locais, demandaram à FEPAM e ao MPF, Audiência Pública em Dom Pedrito, considerando que regiões deste Município estão inseridas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento.

Em setembro, o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD) encaminham denúncia ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em consulta pública sobre violações de direitos humanos em áreas afetadas por mineração para fins de levantamento de denúncias pelo GT Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, conforme chamada e formulário disponibilizados em site [12].
ANEXO - Denúncia ao CNDH

Em outubro (15/10), é emitida a LICENÇA PRÉVIA com diversas condições e restrições.
O Parecer da Fepam e o parecer do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento-DRHS/SEMA[13] assinados na mesma data, apontam para várias inconsistências e fragilidades (solicitadas ao empreendedor desde 2018, por meio dos três Ofícios encaminhados pela Fepam) e que se tornaram condicionantes para Licença de Instalação (LI). DRHS solicita DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A OUTORGA:

> *- Deverá ser apresentada a Outorga de todas as intervenções em recursos hídricos, sejam subterrâneos ou superficiais, junto ao Departamento de Gestão dos Recursos Hídricos e Saneamento, através do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT.*

Em outubro (31/10), era o prazo final de outorga para captação ou derivação de água superficial na BH do rio Santa Maria (prorrogado em 31/07/2019 pela Portaria DRH 10/2019). [14] Este prazo foi ampliado até 2020, com a publicação de nova Portaria, em 3/12/2019 (Portaria DRHS 19/2019).[15]

Em outubro, um dia após a emissão da LP, a empresa Águia divulgou vídeo publicitário - ao que tudo indica por meio direto para diversas pessoas de Lavras do Sul (provavelmente via lista de whatsapp de moradores da cidade) comunicando que o projeto não teria barragem de rejeitos nem usaria recursos hídricos, fazendo menção à primeira fase do projeto, em uma tentativa de confundir a sociedade sobre as estruturas e impactos do projeto e sobre o processo de licenciamento.

Em novembro, o Comitê de Combate a Megamineração/ CCM-RS requereu providências ao MPF, referente à legalidade de procedimentos técnicos e administrativos do processo de licenciamento ambiental, devido inúmeras fragilidades no EIA/RIMA apontadas inclusive em Ofícios da Fepam para o empreendedor. A AGRUPA também requereu providências ao MPF, questionando a emissão da LP sem o atendimento e respostas às questões levantadas pela sociedade civil.

Em novembro, a Aguia Resources posta em seu site uma apresentação (41 páginas em PDF) com imagens da sua direção reunida com o Governador do RS, Eduardo Leite (além da imagem de Bolsonaro), informando ampliação da atuação no Brasil e no RS, especialmente para exploração de

[12] https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=eLGl-_E6IESWa79RY-ax2kpp2r23JWRMu-zb_pF0LThUNzdNWTJBWU5WUEVJNkIzSE5NVlcwUFMyTC4u&nocdn=1
[13] Parecer Fepam 86/2019 PLPEIA e INFO 13/2019 DIOUT/DRHS que consta como IO 250/2019 no Sistema SOL
[14] https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201907/31152735-portaria-drh-n-10-2019.pdf
[15] https://www.comiteriosantamaria.com.br/images/stories/site/PortariaDRHS_19_2019_Outorga.pdf

cobre.[16] Também posta um vídeo em inglês, de 9 min, dando informações sobre o Projeto Fosfato para investidores. O vídeo fica poucos dias no site.[17]

Em dezembro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) emite Recomendação para que Fepam, DPU e MPF tomem ações que façam cessar imediatamente as violações aos Direitos Humanos à informação e participação, no caso do licenciamento ambiental do projeto requerido pela empresa Águia em Lavras do Sul. Recomenda à Fepam a anulação da LP, e ao MPF que adote medidas para apurar as práticas ilícitas de captura de agentes públicos permanentes e temporários, o desvio de função de agentes políticos e desvio de finalidade de atos do poder público, e em especial que adote medidas contundentes frente às graves violações aos direitos humanos à informação e participação praticadas pela FEPAM no procedimento administrativo de licenciamento ambiental do projeto. [18]

[16] http://aguiaresources.com.au/site/wp-content/uploads/Corporate_Presentation_November_2019.pdf
[17] https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=W_gPQcoHrG0&feature=emb_title
[18] https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon26FEPAMRS.pdf

- RELAÇÕES PERIGOSAS -
BARRAGENS DE REJEITOS x BARRAGENS PARA ABASTECIMENTO

APESAR DE A AGUIA TER PARTICIPADO DE 84 REUNIÕES DO COMITÊ BH SANTA MARIA, DE TER PROXIMIDADE COM A AUSM, DE TER SEU PROJETO ANALISADO PELO DRHS-SEMA... NENHUM DESTES COLEGIADOS E ÓRGÃOS E NEM A EMPRESA "SE LEMBROU" DE SOLICITAR OU FORNECER INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DO PROJETO TRÊS ESTRADAS NA RELAÇÃO COM AS BARRAGENS DE MÚLTIPLO USO (TAQUAREMBÓ E JAGUARI) DESTINADAS AO ABASTECIMENTO HUMANO, IRRIGAÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO.

O PROJETO TRÊS ESTRADAS PREVÊ DUAS BARRAGENS DE REJEITOS E CALCÁRIO COM VOLUME COMPARÁVEL AO DOBRO DO VOLUME DA BARRAGEM DA VALE S.A. EM BRUMADINHO (MG), ALÉM DE UMA BARRAGEM DE ÁGUA, LOCALIZADAS MUITO PRÓXIMAS E À JUSANTE DAS INSTALAÇÕES DAS BARRAGENS (TAQUAREMBÓ E JAGUARI) QUE ESTÃO COM SUAS OBRAS PARADAS HÁ ALGUNS ANOS, MAS SENDO RETOMADAS DESDE 2018.

A BARRAGEM TAQUAREMBÓ FICA A 73 KM A JUSANTE DAS BARRAGENS DE REJEITOS E FOI INCLUSIVE CONSIDERADA EM MODELAGEM DE CENÁRIO DE ROMPIMENTO, PORÉM "COM AS COMPORTAS ABERTAS". SEGUE EXPLICAÇÃO QUE CONSTA NAS COMPLEMENTAÇÕES ENCAMINHADAS PELA ÁGUIA À FEPAM EM AGOSTO DE 2019:

> *Além disso,* ***observou-se a presença de um maciço em concreto de uma barragem inacabada****, localizada a aproximadamente 73 km do barramento,* ***a jusante*** *da seção ST-11. Através das imagens de satélite é possível verificar que* ***as comportas da barragem estão abertas****, permitindo o escoamento do rio, não havendo represamento de água no local.* ***Esta estrutura não foi considerada no estudo por não haver dados levantados da mesma****. O barramento observado está localizado no trecho final da simulação de ruptura da Barragem de Rejeitos, onde observa-se valores reduzidos para a vazão (200 m3/s) e para a profundidade (1,70 m). Desta forma embora* ***a presença desta estrutura provoque remanso da mancha de inundação e, consequentemente, maior alagamento nesta região****, não é esperada alterações significativas na mancha de inundação apresentada. A Figura 5.5 apresenta o trecho supracitado.*
>
> (Págs. 19 e 20 do Estudo de Ruptura Hipotética da Barragem de Rejeitos Relatório Técnico. WALM. Protocolado como Complementações projeto Fosfato Três Estradas em agosto de 2019.)

SEGUEM INFORMAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DE 2019, SOBRE AS BARRAGENS DE MÚLTIPLO USO, TAQUAREMBÓ E JAGUARI, COM INFLUÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DE LAVRAS DO SUL, DOM PEDRITO E ROSÁRIO DO SUL:

Ainda em 2019...
Sobre barragens de uso múltiplo, Taquarembó e Jaguari

Em junho, é divulgado, pela Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM), que o governo do Estado liberou recursos para contratação do EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental) dos canais das barragens Jaguari e Taquarembó.[19]

Em setembro, o Governo do RS por meio da Secretaria de Obras e Habitação anunciou força tarefa para finalizar as barragens, em reunião que contou com o presidente da AUSM:

> *As barragens garantirão segurança hídrica, irrigação para a produção agrícola e diversificação de culturas, controle das cheias, e desenvolvimento do turismo local. "A comunidade aguarda ansiosa por um desfecho favorável", resumiu o presidente da Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM), Edison Moreira Silva.*[20]

A construção destas duas barragens de uso múltiplo esteve paralisada por vários anos. No início do processo de licenciamento destas barragens, em 2008, foram feitas audiências públicas pela Fepam, relacionadas ao EIA-RIMA das barragens Jaguari e Taquarembó. Segue descrição das barragens feita em matéria publicada pela SEMA naquele ano, evidenciando a destinação para abastecimento da população de Dom Pedrito e Rosário do Sul, além de irrigação e controle de cheias:[21]

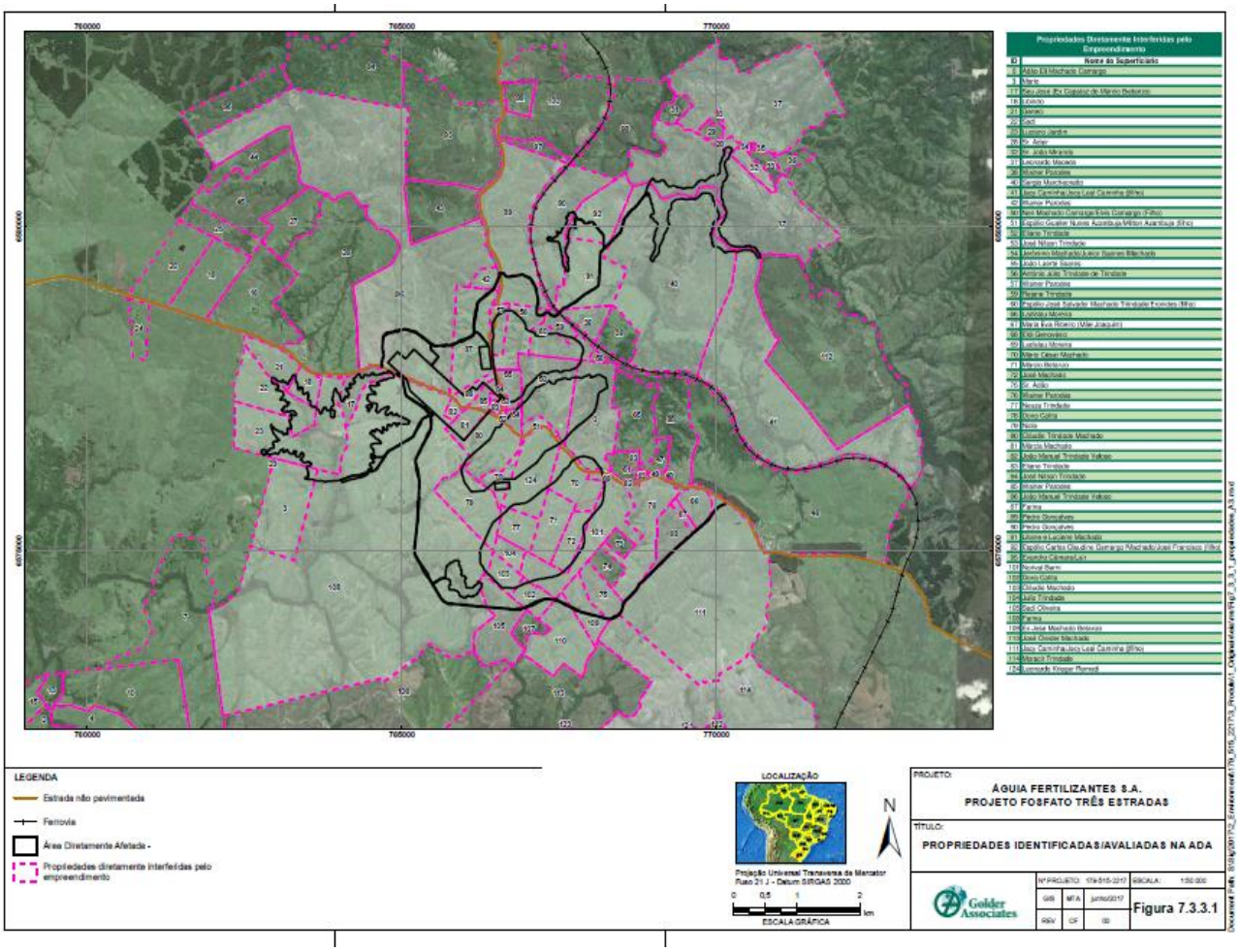
> *Barragem de Jaguari*
> *Abrangência - Lavras do Sul, Rosário do Sul e São Gabriel*
> *Localização Sub-bacia do Arroio Jaguari, na bacia hidrográfica do rio Santa Maria*
> *Área de drenagem - 53.200 hectares (ha)*
> *Volume acumulado - 152.000.000 m3*
> *Área beneficiada - 45.000 ha*
> *Benefícios - Controle das cheias e abastecimento da população de Rosário do Sul*
>
> *Barragem de Taquarembó*
> *Abrangência - Dom Pedrito, Lavras do Sul e Rosário do Sul*
> *Localização - Sub-bacia do Arroio Taquarembó, na bacia hidrográfica do rio Santa Maria*
> *Área de drenagem - 62.267 ha*
> *Volume acumulado - 155.000.000 m3*
> *Área beneficiada - 35.000 ha*
> *Benefícios - Controle das cheias e abastecimento da população de Dom Pedrito*
>
> *Dom Pedrito tem um problema histórico relacionado à falta de água na época do plantio de arroz e cerca de 15 mil hectares poderão ser irrigados a partir da barragem.. A construção, na sub-bacia do Arroio Taquarembó e também na bacia hidrográfica do rio Santa Maria, compreenderá os municípios de Dom Pedrito, Lavras do Sul e Rosário do Sul.*

[19] https://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/definida-empresa-que-supervisara-retomada-das-obras-da-barragem-taquarembo
[20] https://obras.rs.gov.br/governo-do-estado-institui-forca-tarefa-para-agilizar-obras-em-barragens-na-fronteira
[21] http://ww1.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=4&cod_conteudo=4738

5. ANÁLISE DO COMPONENTE SOCIOECONOMICO REFERENTE À ADA NO EIA (2018)

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi protocolado na Fepam em dezembro de 2018, junto com a primeira versão do RIMA. Estranhamente, em agosto de 2019, foi protocolado RIMA revisado (Novo RIMA) mas não um Novo EIA. As complementações apresentadas em 2019, em sua maioria, não estão relacionadas de forma direta as questões do meio socioeconômico.

Segue abaixo uma sistematização e análise das informações referentes as questões Socioeconômicas disponibilizadas no EIA, Volume III, a saber:
- 7.3.3 Área Diretamente Afetada (ADA) - páginas 937 a 1053
- Tabela 7.3.3.1 Propriedades identificadas e inseridas na ADA – pág.939
- Tabela 7.3.3.2 Perfil dos proprietários entrevistados na região de Três Estradas – pág. 942
- Tabela 7.3.3.3 Perfil das famílias de proprietários entrevistados da ADA – pág.953
- Tabela 7.3.3.5 Perfil produtivo dos entrevistados – pág. 965
- Tabela 7.3.3.6 Perfil das relações de trabalho entre proprietários da ADA – pág.967



Área definida pelo EIA como Área Diretamente Afetada (ADA) do projeto está em cor cinza:
São ao menos 62 propriedades, de posse de 41 proprietárias/os (a legenda que acompanha o mapa possui inconsistências e não representa a realidade). Percebe-se que há "ilhas", ou seja, há propriedades que não foram consideradas na ADA, embora ficariam ao lado, ou entre as estruturas do projeto. Considerando o tamanho e o impacto do projeto, a ADA foi subdimensionada.

Abaixo é apresentada uma tabela completa, referente a propriedades e famílias da ADA do projeto, montada a partir de um intenso exercício de juntar e confrontar informações dispersas em vários textos e cinco tabelas, ao longo de 116 páginas (da pág. 937 até 1.053) do Volume III do EIA, que deveria conter o diagnóstico socioeconômico completo desta área.

Percebe-se que a empresa abordou 18 questões sobre propriedades e famílias, porém aplicou-as de forma parcial, sem metodologia definida e sem sistematização e análise adequadas.

A leitura do EIA não permite ter a dimensão de todas as propriedades ou famílias da ADA, seja pela omissão, pelas informações incompletas ou confusas (exemplos: as vezes é citado o nome de pessoa falecida, outras o sobrenome, o apelido, as vezes o cônjuge, ou mesmo alguma referência como "ex-capataz", para uma mesma propriedade) o que indica que a empresa deu pouca atenção e importância para elaborar um correto diagnóstico socioeconômico da ADA ou elaborou o diagnóstico intencionalmente desta forma.

Em uma leitura rápida, nem sempre se percebe as lacunas graves de informações, repetições e inconsistências que levam a interpretações equivocadas.

Na área definida pelo EIA como ADA, há 62 propriedades, de posse de 41 famílias proprietárias, (conforme informações básicas recolhidas no EIA). Para praticamente todas elas há uma ID (identificação), um nome de referência, a área (em hectares) e a localização em relação à microbacia (Três Estradas TE ou Jaguari JA).

Entretanto, para 18 das 41 famílias proprietárias e para 26 das 62 propriedades localizadas na ADA (ou seja, para mais de 40% da ADA) não há nenhuma informação referente às 18 questões que permeiam o diagnóstico. **Portanto, quase metade das famílias e propriedades localizadas na ADA não foi devidamente considerada pelo EIA**.

Segue abaixo a tabela com a sistematização de informações, e após, mais considerações sobre as características socioeconômicas da ADA.

COMUNIDADE TRES ESTRADAS - Propriedades localizadas na ADA - Sistematização feita a partir de informações disponibilizadas no EIA do Projeto Três Estradas, Volume III

	Nome proprietári@/ outr@s responsáveis pelas propriedades	Nome do estabelecimento	ID	Área (ha)	Microbacia	"Aquisição" da área	Naturalidade	Idade propr. (anos)	Estado Civil	Cônjuge	Filh@s	Filh@s que residem na propriedade	Proprietári@ reside na propriedade?	Possui residência em outro lugar?	Atividade econômica fora da propriedade?	Trabalha no campo?	Atividades na propriedade é principal renda?	Plantel	Manejos e insumos	Funcionários	Relação c/ funcionários	Funcion. residem na propr.?	Pessoas que residem na propriedade
1	Adão Eli Machado Camargo (Lauro Machado - filho)	Limoeiro	0	110,11	TE	Herança	Bagé	75	solteiro (?)	?	2	1	Sim	Bagé (casa da irmã?)	não	sim, na sua propriedade	sim	200 bovinos, 100 ovinos	Divisão de pasto, sal comum	sim	temporário	não	3
			75	30,77	TE																		
2	Adão Geneci Machado Jardim		21	34,04	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
3	(Antônio) Júlio Trindade de Trindade (Tinoca?)		56	44,59	TE	Herança	Bagé	43	casado	Débora	0	NA	sim	não	não	sim, na sua propriedade e em outras	sim	11bovinos, 30 ovinos	Divisão de pasto, sal comum	não	NA	NA	2
			104	15,42	TE																		
4	Claudio Trindade Machado	Bem Viver	80	60,79	TE	Herança	Lavras do Sul	68	casado	Maria Inês	0	NA	sim	não x Bagé (?)	não	sim, na sua propriedade	sim	103 bovinos, 52 ovinos	Sal comum, sal mineral	sim	temporário	não	2
			103	20,27	TE																		
5	Colotildes Goulart Machado (Dona Catita)/ Finado Adão Noé	Tapera	78	19,53	TE	Herança	Lavras do Sul	70	viúva	NA	2	não	não	Lavras do Sul	aposentada	não (?)	sim	40 bovinos, 30 caprinos	Divisão de pasto, sal comum	sim	temporário	não	não?
			102	22,87	TE																		
6	Eliane Machado Trindade		52	1,55	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
			83	2,97	TE																		
7	Elói Genovésio (finado?)/ Marinês Ribeiro		68	31,81	TE	?	?	NI	?	?	NI	?	não	?	?	não	não	não	não	não	NA	NA	não
8	Eronides Trindade/ José Salvador Machado Trindade (espólio - falecido?)		60	36,54	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	NI	?	?	?	não	NA	NA	?
			79	67,15	TE																		
9	Evandro Câmara (Lair Câmera?)		95	7,18	TE	Compra	Cruz Alta	44	casado	Inês	2	não	esporadicam.	Lavras do Sul	não	sim, na sua propriedade	sim	430 bovinos	Divisão de pasto, sal mineral	sim	permanente	sim	sim (quantos?)
10	Jacy Coelho (Leal?) Caminha	Estância dos Eucaliptos	41	391,98	JA	NI	São Gabriel	87	casado	?	2	1	não	Bagé	não	sim, na sua propriedade	sim	2000 bovinos, 1000 ovinos	Divisão de pasto, sal mineral, supl. alimentar, insem. artificial, cuidados veterinários	sim (8)	permanente e temporário	sim (parte com suas famílias)	Filho (Jocy) mais 8 funcionários, 4 deles com família
			111	408,54	TE																		
			46 *		*																		
11	Jerônimo Machado Neto (Jedrônimo?) / Junior Suanes Machado (irmãos)	Estrada da Curva	54	8,55	TE	Compra	Lavras do Sul	34	casados (ambos)	?	0	NA	não	Lavras do Sul	não	sim (Jerônimo)	não	12 bovinos	Divisão de pasto, sal comum	não	NA	NA	não
12	João Laerte Soares de Freitas		55	17,93	TE	Compra	Bagé	NI	casado x viúvo (?)	?	2	não	não	Bagé	proprietário de imóveis em Bagé	sim, na sua propriedade	não	23 caprinos	NI	não	NA	NA	não?
13	João Miranda		32	16,57	JA	Herança	Lavras do Sul	NI	casado	?	2	não	sim	NI	?	sim, na sua propr. e em outras	sim	NI	NI	?	?	?	2
14	José ? (excapataz do Marcio Betanzo)		17	26,77	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
15	José Adail Freitas Soares		28	6,43	JA	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?

	Nome proprietári@/ outr@s responsáveis pelas propriedades	Nome do estabelecimento	ID	Área (ha)	Microbacia	"Aquisição" da área	Naturalidade	Idade propr. (anos)	Estado Civil	Cônjuge	Filh@s	Filh@s que residem na propriedade	Proprietári@ reside na propriedade?	Possui residência em outro lugar?	Atividade econômica fora da propriedade?	Trabalha no campo?	Atividades na propriedade é principal renda?	Plantel	Manejos e insumos	Funcionários	Relação c/ funcionários	Funcion. residem na propr.?	Pessoas que residem na propriedade
16	José Cleider Machado Oliveira		110	80,95	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
17	José (Francisco) Machado (Finado Carlos Claudino Camargo Machado - espólio)		58 *		*	Herança	Lavras do Sul	56	solteiro	NA	3	não (?)	sim	Bagé	não	sim, na sua propriedade e em outras	sim	150 bovinos, 60 ovinos, 4 equinos	Divisão de pasto, sal mineral	não	NA	NA	2
			92	63,06	TE																		
			72	29,21	TE																		
			109	32,58	TE																		
18	João Manuel Trindade Veloso		82	5,82	TE	Herança	Lavras do Sul	30	solteiro	NA	0	NA	sim	não	Trabalha nas ID 87 e 108 (capataz do Farina)	sim, na sua propriedade e em outra	não	60 bovinos, 60 caprinos	Divisão de pasto	?	?	?	1
			86	12,54	TE																		
19	José Nilson Trindade de Trindade		53	0,7	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	tem roça e criagado... (?)	?	?	?	?	?
			84	3,88	TE																		
20	Ladislau Souza Moreira (Lalau)	Antigo Grupo Escolar Vicente de O. Machado - NÚCLEO	66	23,3	TE	Herança	Bagé	54	casado	Magda Moreira	2	1	sim	não	não	sim, na sua propriedade e em outras	sim	35 bovinos, 12 ovinos	Divisão de pasto, sal comum	não	NA	NA	3
			69	2,97	TE																		
21	Leonardo Krieger Remedi		124	77,3	TE	Compra	S. Livram.	NI	casado	?	2	não	não	Lavras do Sul	Dono de frigorífico e advogado em Lavras	não	não	400 bovinos, 150 caprinos	Divisão de pasto, supl. alimentar	sim	temporário	não	não
22	Leonardo Nocchi Macedo		37	592,18	JA	Compra	NI	NI	casado	?	1	não	não	Bagé	Advogado em Bagé	não	não	NI	NI	sim	temporário	não	não
23	Libindo Teixeira Costa		18	20,52	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
24	Liliane Machado e Luciene Machado (irmãs)	São José	91	87,56	TE	Herança	Lavras do Sul	NI/ 44	casada	?	sim	não	não	Lavras do Sul	Costureira em Lavras	não	não	25 bovinos, 30 ovinos	Divisão de pasto, sal comum	não	NA	NA	?
25	Luciano Alves Jardim	Ouro Verde	23	144,98	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	sim	NI	NI	NI	NI	NI	?	?
26	Márcia Machado Goulart /Finado Adão Noé		81	17,66	TE	Herança	Lavras do Sul	NI	casada	?	1	não	não	São Gabriel	?	não	não	cede o terreno p/mãe e irmão	?	não	NA	NA	não
27	Maria Eva Ribeiro (Joaquim Sérgio Ribeiro - filho)	Chácara Boa Vista	67	6,11	TE	Herança	Bagé	76	casada	?	1	sim	esporadicam.	Bagé	aposentada	filho sim, na sua propried. e outras	não	5 caprinos, 7 equinos	Sal mineral	não	NA	NA	3
28	Mário César Marques Machado		70	46,58	TE	Herança	Lavras do Sul	61	viúvo	NA	2	não (?)	esporadicam.	Bagé	Advogado em Bagé	sim, na sua propriedade	não	47 bovinos, 40 caprinos, 6 equinos	Divisão pasto, sal m., suplem.alim., cuidados vet.	não	NA	NA	?
29	Mario Tirri da Silva Witt		3	102,32	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
30	Milton de Almeida de Azambuja (finado Gualter N. Azambuja - espólio)	Chácara do Milton	51	7,59	TE	Herança	P.Machado/Candiota	NI	casado	Luciene Machado	2	não	não	Lavras do Sul	trabalha para outros proprietários	sim, na sua propr. e em outras	sim	10 bovinos, 20 ovinos	Sal comum, supl. alimentar	não	NA	NA	?
31	Moracir (Mozar?) Trindade		114	424,1	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?

	Nome proprietári@/ outr@s responsáveis pelas propriedades	Nome do estabelecimento	ID	Área (ha)	Microbacia	"Aquisição" da área	Naturalidade	Idade propr. (anos)	Estado Civil	Cônjuge	Filh@s	Filh@s que residem na propriedade	Proprietári@ reside na propriedade?	Possui residência em outro lugar?	Atividade econômica fora da propriedade?	Trabalha no campo?	Atividades na propriedade é principal renda?	Plantel	Manejos e insumos	Funcionários	Relação c/ funcionários	Funcion. residem na propr.?	Pessoas que residem na propriedade
32	Nadia Maria Rigo Farina		87	89,16	TE	NI	NI	NI	NI	Farina	sim	não	não	Nova Prata	NI	não	sim	100 bovinos, 150 equinos	NI	sim	permanente	sim	aproxim. 8 funcionarios (? é mais...)
			108	1350,71	TE																		
33	Neri Machado Camargo (Elvis Resende Castro Camargo - filho)	São Vicente	50	88,45	TE	Herança	Bagé x Lavras do Sul (?)	NI	casado	Branca	3	não	não	não x Bagé (?)	aposentado	filho arrenda o campo	não	?	?	não	NA	NA	?
			65	?	TE																		
34	Neuza Machado Trindade		47 *		*	Herança	NI	NI	NI	?	NI	?	esporadicam.	Bagé	NI	não	não	NI	NI	não	NA	NA	1
			77	30,12	TE																		
35	Nilza Mazzini Dias (Márcio Betanzo - esposo)	Santa Clarinha	26	?	?	Herança	Rezende/ RJ	?	casada	Márcio Betanzo	2	?	esporadicam.	Bagé	não	parcial	sim	NI	NI	sim	permanente	sim	?
			71	44,07	TE																		
36	Norival Miranda Berni		101	97,4	TE	Compra	Lavras do Sul	75	viúvo	NA	3	não	esporadicam.	Bagé	aposentado	não	não	100 bovinos	Sal comum	não	NA	NA	2
37	Pedro Gonçalves		89	179,91	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
			90	112,22	TE																		
38	Rejane Trindade		59	13,13	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
39	Sadi (Jardim/ Oliveira?)		22	70,54	TE	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
			105	69,9	TE																		
40	Sérgio Francisco Marchioretto		40	429,18	JA	Compra	São Leopoldo	NI	casado	?	NI	?	sim x não (?)	São Leopoldo	Proprietário de uma empresa em São Leopoldo	não	não	400 bovinos	Divisão de pasto, sal mineral, supl. alimentar, insem. artificial	sim (2)	permanente	sim	?
			88 *		*																		
41	Vainer (Wainer?) Silva Parodes	Santo Expedito (ID 76 - NÚCLEO)	38	22,8	TE	Herança	Bagé	NI	casado	Iloenes Maria Parodes de Parode *	2	não ?	sim	Bagé	não	sim, na sua propriedade	sim	300 bovinos, 250 caprinos, 500 pés eucalipto	Divisão de pasto, sal mineral, suplementação alimentar	sim	temporário	não	3
			42	12,38	TE																		
			57	18,18	TE																		
			63 *		*																		
			76	89,13	TE																		
			85	11,17	TE																		

*Entorno da ADA

LEGENDA:

ID – identificador; JA – Jaguari, TE – Três Estradas, NI – não informado, NA – não se aplica **Sem informação**

Para todas as questões formuladas pela empresa, há um número insuficiente de dados e informações para análise, considerando ser esta uma região pequena para o tamanho do empreendimento e do impacto. Algumas famílias não permitiram acesso e negaram informações, tendo em vista a forma como a empresa vem se relacionado com a comunidade de Três Estradas, não fornecendo informações detalhadas o que impede o debate sobre os impactos e perspectivas. O EIA se refere a alguns casos, apenas, onde não tiveram permissão para acessar propriedades ou informações. De qualquer forma, um diagnóstico do meio socioeconômico com cerca de 50% das propriedades e famílias é extremamente insuficiente para prever impactos, atestar a viabilidade socioeconômica e ambiental do projeto e prever prognósticos e programas.

Apesar da fragilidade das informações, é possível perceber algumas características gerais das 41 famílias da ADA que atestam para a importância de sua identidade, seu modo de vida, suas interelações sociais e com o ambiente e seu pertencimento ao território:

- TERRITÓRIO DE PECUARISTAS FAMILIARES
(propriedades com tamanho médio de 120 ha)

- FAMÍLIAS RECEBERAM A TERRA POR HERANÇA
(17 receberam a terra por herança, 15 sem informação, 7 compraram e 2 negaram a informação)

- FAMÍLIAS MORAM E TÊM SUA REFERÊNCIA SOCIOCULTURAL NA COMUNIDADE
(14 com residência fixa ou esporádica, 14 negaram a informação, 12 sem residência fixa ou esporádica mas com provável referência de pertencimento, 1 resposta inconsistente)

FAMÍLIAS TRABALHAM NO CAMPO
(18 trabalham no campo, 12 sem informação, 10 não trabalham no campo e 1 negou informação)

A PROPRIEDADE É FONTE DE RENDA, EM ALGUNS CASOS NÃO É A ÚNICA. TAMBÉM PRESTAM SERVIÇO PARA VIZINHANÇA
(13 tem a atividade na propriedade como principal renda, 14 não, porém alguns tem plantel e alguns prestam serviço, 13 sem informação e 1 negou a informou)

SÃO PECUARISTAS FAMILIARES
(20 possuem animais de criação, 14 sem informação e 5 negaram a informação)

POSSUEM PLANTEL SUPERIOR A 6 MIL ANIMAIS
SÓ ISSO EQUIVALE A UM VALOR BEM SUPERIOR A 7 MILHÕES DE REAIS
OU SEJA, HÁ UMA ECONOMIA LOCAL COM BASE NA PECUÁRIA EM CAMPO NATIVO QUE NÃO FOI DEVIDAMENTE CONSIDERADA NO EIA.
- O plantel na ADA (considerando a informação de 20 proprietárias/os) é superior a:
    - 4.423 bovinos (média de 221 por proprietária/o)
    - 1.304 ovinos (média de 65 por proprietária/o)
    - 558 caprinos (média de 28 por proprietária/o)
    - 167 equinos (média de 8 por proprietária/o)
    - Totalizando plantel superior a 6.452 animais (média de 322 por proprietária/o)

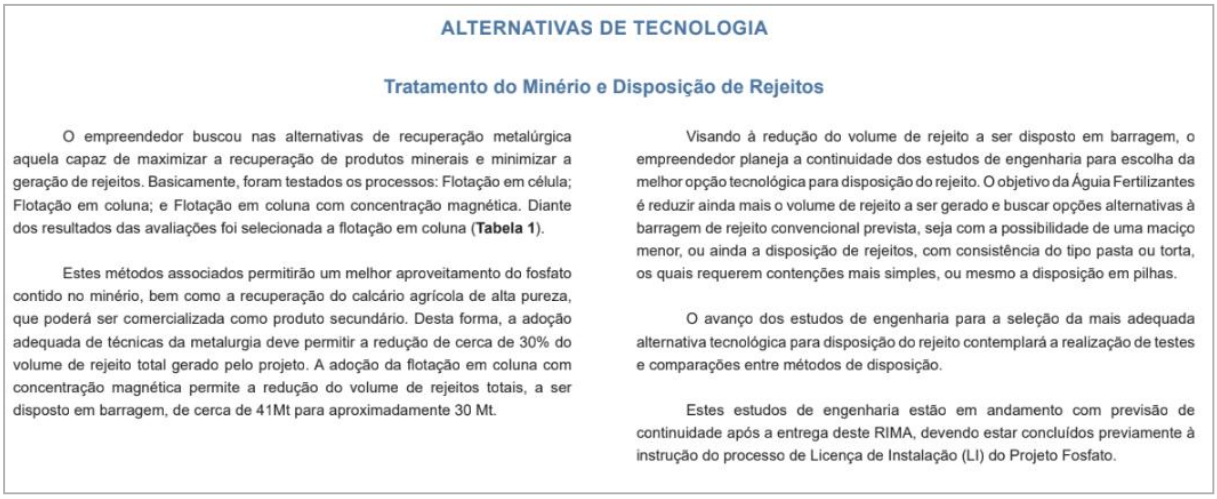
DIVERSAS FAMÍLIAS PRATICAM O ADJUTÓRIO, PRESTAM SERVIÇO, E ALGUMAS POSSUEM FUNCIONÁRIOS (até 8 famílias de funcionários!). NADA DISSO FOI CONSIDERADO ADEQUADAMENTE NA ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO LOCAL E NA ANÁLISE DAS DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIOCULTURAIS.

6. ANÁLISE DO COMPONENTE SOCIOECONOMICO NO NOVO RIMA (2019)

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um relatório conclusivo que deve conter, de forma simples e objetiva, com linguagem acessível para as comunidades, as questões técnicas do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em especial referente aos impactos do projeto.

O Novo RIMA é o documento sobre o projeto Fosfato Três Estradas com revisões e complementações após a audiência pública, protocolado na Fepam em agosto de 2019. É o documento mais provável das comunidades acessarem, embora com muitas dificuldades, pois trata-se de comunidades rurais com pouco acesso a internet e distantes da sede da Fepam em Porto Alegre.

Segue abaixo uma análise das informações referentes as questões Socioeconômicas disponibilizadas no Novo RIMA:



ALTERNATIVAS DE TECNOLOGIA

Tratamento do Minério e Disposição de Rejeitos

O empreendedor buscou nas alternativas de recuperação metalúrgica aquela capaz de maximizar a recuperação de produtos minerais e minimizar a geração de rejeitos. Basicamente, foram testados os processos: Flotação em célula; Flotação em coluna; e Flotação em coluna com concentração magnética. Diante dos resultados das avaliações foi selecionada a flotação em coluna (**Tabela 1**).

Estes métodos associados permitirão um melhor aproveitamento do fosfato contido no minério, bem como a recuperação do calcário agrícola de alta pureza, que poderá ser comercializada como produto secundário. Desta forma, a adoção adequada de técnicas da metalurgia deve permitir a redução de cerca de 30% do volume de rejeito total gerado pelo projeto. A adoção da flotação em coluna com concentração magnética permite a redução do volume de rejeitos totais, a ser disposto em barragem, de cerca de 41Mt para aproximadamente 30 Mt.

Visando à redução do volume de rejeito a ser disposto em barragem, o empreendedor planeja a continuidade dos estudos de engenharia para escolha da melhor opção tecnológica para disposição do rejeito. O objetivo da Águia Fertilizantes é reduzir ainda mais o volume de rejeito a ser gerado e buscar opções alternativas à barragem de rejeito convencional prevista, seja com a possibilidade de uma maciço menor, ou ainda a disposição de rejeitos, com consistência do tipo pasta ou torta, os quais requerem contenções mais simples, ou mesmo a disposição em pilhas.

O avanço dos estudos de engenharia para a seleção da mais adequada alternativa tecnológica para disposição do rejeito contemplará a realização de testes e comparações entre métodos de disposição.

Estes estudos de engenharia estão em andamento com previsão de continuidade após a entrega deste RIMA, devendo estar concluídos previamente à instrução do processo de Licença de Instalação (LI) do Projeto Fosfato.

Novo RIMA (pág 16):

Diz que poderá haver estudos de engenharia que apontarão para volumes de rejeitos menores e outras técnicas de disposição. Se realmente há possibilidade de reduzir infraestruturas e volume de rejeitos, estes estudos deveriam ser apresentados antes da LP pois podem modificar consideravelmente o projeto.

O Novo RIMA não se refere aos impactos das barragens de rejeitos, calcário e água; não faz uma descrição de cada uma delas, nem dos riscos e planos de emergência. Em nenhum momento se refere aos resultados das modelagens apresentadas nas Complementações (agosto 2019). As modelagens, inclusive, fazem referência a regiões de campo, mata e "propriedades isoladas" a jusante, invisibilizando comunidades rurais que possuem sua dinâmica espacial própria e característica do meio rural e da campanha e bastante distinta em comparação com as áreas urbanas.

Ao não serem mencionadas no Novo RIMA, a empresa trata com desrespeito as comunidades localizadas à jusante de onde pretendem instalar as barragens do empreendimento: de água (no Jaguari) e de rejeitos (no Taquarembó), tanto do município de Lavras do Sul, como de Dom Pedrito e de Rosário do Sul. A comunidade de Ibaré, a cerca de 17 km abaixo da barragem de água; às comunidades rurais de Dom Pedrito e a região urbana, turística e de abastecimento público de Rosário do Sul (Praia de Areias Brancas), distante a cerca de 250 km das barragens de rejeitos não foram devidamente consideradas no EIA, nas Complementações e no Novo RIMA.

Reservatório de água

Para determinação da melhor alternativa tecnológica para o abastecimento de água do Projeto Fosfato, foi feita uma avaliação da disponibilidade hídrica nos cursos d'água de interesse. Assim, foi analisada a viabilidade das alternativas de captação a fio de água e de regularização de vazão por meio de reservatório de regularização. A alternativa de captação por poço subterrâneo não foi avaliada, considerando as limitações já conhecidas em termos de disponibilidade hídrica subterrânea na região, incompatíveis com a demanda do projeto.

A demanda de água do Projeto Fosfato é de mais de 360 m³/h e, em nenhum dos cursos d'água analisados, há disponibilidade a fio d'água para atendimento a esta demanda. Dessa vazão, cerca de 30 % será captada na barragem de calcário agrícola (~ 100 m³/h) e o restante será captado na barragem de água (~ 260 m³/h).

Em contrapartida, os cursos d'água analisados atendem de maneira satisfatória a demanda de água do Projeto através da implantação de reservatório/barragem. Considerando que os cursos d'água analisados atendem à demanda através de regularização, aqueles mais próximos do centro do projeto se mostram mais adequados para reservação e captação, já que as extensões de acessos e tubulações requeridas são menores e, consequentemente, o gasto de energia de bombeamento também.

Assim, considerando o atendimento do empreendimento através de reservatório, em distâncias relativamente curtas, foi avaliada a possibilidade tanto na sub-bacia do arroio Taquarembó como na sub-bacia do rio Jaguari.

Novo RIMA (pág. 17):

Serão utilizados 360 mil litros de água por hora. Afirma que não há disponibilidade hídrica suficiente na região para esta demanda. Desta forma justifica a barragem de água nas nascentes do Jaguari, de onde viria 70% do volume e os outros 30% seriam provenientes da barragem de calcário. Ou seja, afirma que haverá um consumo elevado de água e reafirma que haverá barragem de água e de rejeitos, informação esta que tentam omitir e confundir, em vídeo divulgado um dia após a emissão da LP (ver capítulo 8).

Etapas do Projeto Fosfato

O Projeto Fosfato possui três etapas contínuas e dependentes sendo elas:

- Implantação: etapa de construção das estruturas (2 anos);
- Operação: funcionamento do empreendimento (50 anos);
- Fechamento: encerramento das atividades e reabilitação da área.

A **Figura 9** apresenta o coronograma geral do Projeto Fosfato, incluindo as etapas de implantação, operação e fechamento, considerando as características de acordo com a produção para a etapa de operação.

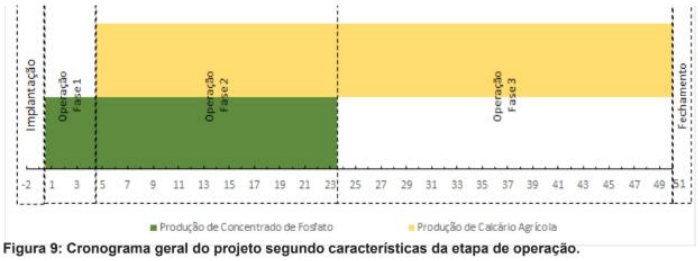


Figura 9: Cronograma geral do projeto segundo características da etapa de operação.

Novo RIMA (pág. 21):

Traz a duração das três etapas do projeto e apresenta uma imagem sobre as três fases de uma destas etapas, com período aproximado. Os termos etapas e fases e a duração de cada período é uma informação fundamental, mas que não é comunicada de forma objetiva pela empresa. O Novo RIMA é incompleto neste sentido. O fato de algumas informações contidas no próprio RIMA (como "geração de empregos") ou em materiais publicitários da empresa (como "sem barragem de rejeitos"), estarem associados a apenas uma ou outra etapa ou fase do projeto gera impedimento a correta compreensão e debate sobre o projeto e seus impactos pela sociedade. (ver capítulo 8).

Etapa de Implantação

A etapa de implantação compreenderá as seguintes atividades:

- Mobilização de mão de obra;
- Terraplenagem: movimentação de solos e rochas para se realizar a base para estruturas;
- Infraestrutura de apoio: prédios para portaria, escritórios, cozinha e refeitório, ambulatório, estocagem de materiais, pátios de estacionamento etc;
- Obras Civis de implantação;
- Sistemas de controle ambiental: estruturas instaladas durante a etapa de implantação do empreendimento para minimizar alterações no meio ambiente.

A **Figura 11** mostra a distribuição do número de trabalhadores a serem empregados na etapa de implantação do Projeto.

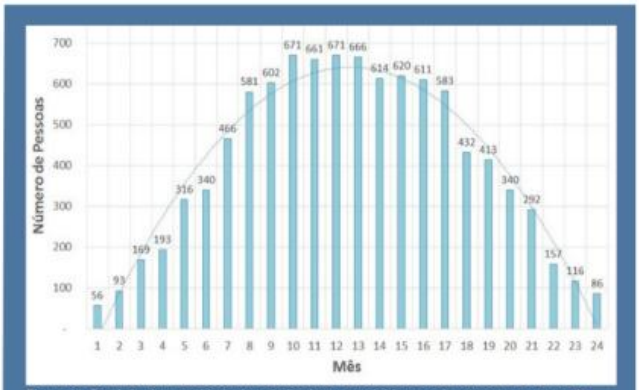


Figura 11: Previsão da quantidade de trabalhadores envolvidos a cada semestre na etapa de implantação.

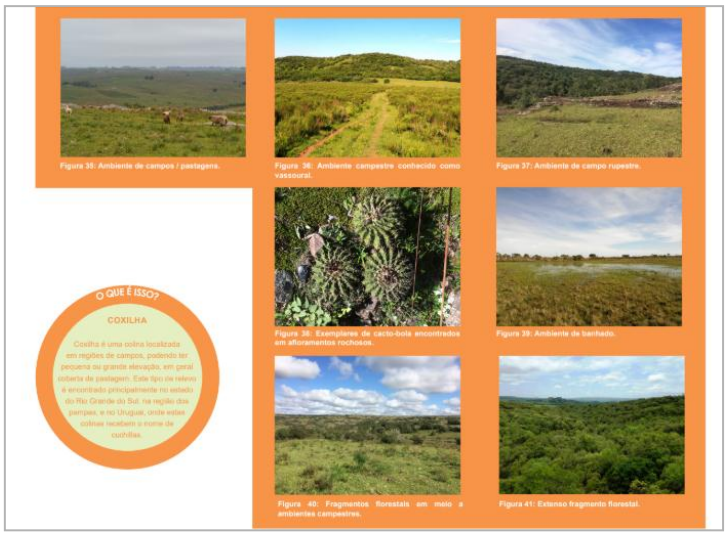
Novo RIMA (pág 22):

Traz o número de trabalhadores a serem empregados na etapa de implantação, que, conforme informado na página anterior, seria de 2 anos. Não cita o tipo de relação trabalhista, embora em um vídeo para investidores, menciona que se trata de mão de obra temporária (ver capítulo 8). O Novo RIMA não informa sobre o número de postos de trabalho nem sobre as relações trabalhistas para a etapa de Operação com duração de 50 anos.

> Apesar de não abrigar estruturas do Projeto Fosfato, o município Dom Pedrito possui proximidade considerável com o empreendimento, abrigando no distrito de Torquato Severo um dos adensamentos populacionais mais próximos das estruturas do projeto. Outro adensamento populacional importante corresponde ao distrito de Ibaré, no município de Lavras do Sul.

Novo RIMA (pág 27):

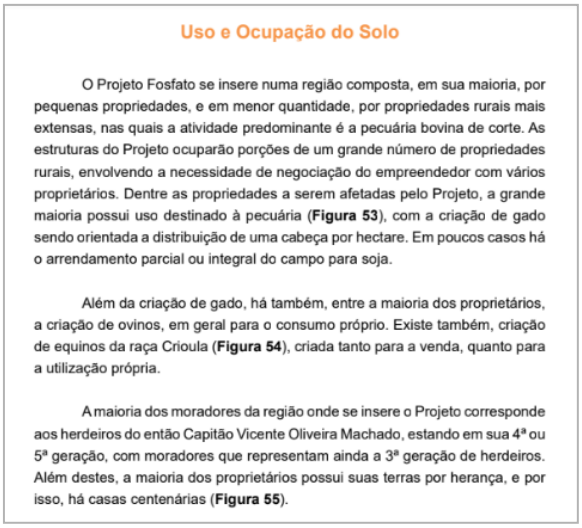
Afirma que Dom Pedrito possui adensamento populacional próximo às estruturas do projeto, além do distrito de Ibaré em Lavras do Sul. Apesar disso não realizou Audiência Pública em Dom Pedrito, mesmo com diversas manifestações de solicitação da sociedade civil.



Novo RIMA (pág 38):

As paisagens da região são apresentadas dissociadas das comunidades e do modo de vida local. Coxilhas, campos, banhados e fragmentos florestais são ambientes do bioma Pampa que interdependem da atividade de pecuária em campo nativo. Estas interações não são consideradas no Novo RIMA, descumprindo um dos aspectos fundamentais deste documento, conforme determina a Resolução CONAMA nº 1/ 1986, que estabelece critérios e diretrizes para o EIA-RIMA. A Resolução determina que o diagnóstico ambiental da área de influência de um projeto deve conter descrição e análise do meio físico, biológico e socioeconômico e das interações conforme descrito no Art. 6º :

> *c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.*



Uso e Ocupação do Solo

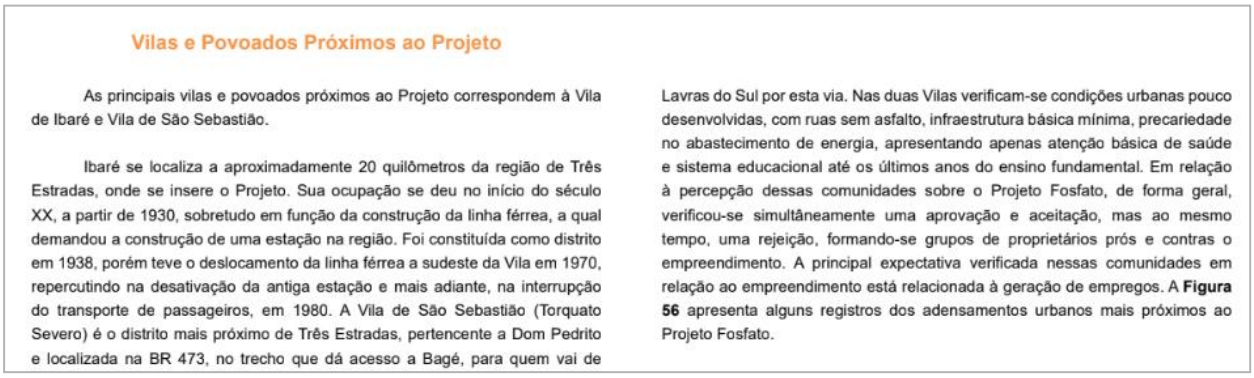
O Projeto Fosfato se insere numa região composta, em sua maioria, por pequenas propriedades, e em menor quantidade, por propriedades rurais mais extensas, nas quais a atividade predominante é a pecuária bovina de corte. As estruturas do Projeto ocuparão porções de um grande número de propriedades rurais, envolvendo a necessidade de negociação do empreendedor com vários proprietários. Dentre as propriedades a serem afetadas pelo Projeto, a grande maioria possui uso destinado à pecuária (**Figura 53**), com a criação de gado sendo orientada a distribuição de uma cabeça por hectare. Em poucos casos há o arrendamento parcial ou integral do campo para soja.

Além da criação de gado, há também, entre a maioria dos proprietários, a criação de ovinos, em geral para o consumo próprio. Existe também, criação de equinos da raça Crioula (**Figura 54**), criada tanto para a venda, quanto para a utilização própria.

A maioria dos moradores da região onde se insere o Projeto corresponde aos herdeiros do então Capitão Vicente Oliveira Machado, estando em sua 4ª ou 5ª geração, com moradores que representam ainda a 3ª geração de herdeiros. Além destes, a maioria dos proprietários possui suas terras por herança, e por isso, há casas centenárias (**Figura 55**).

Novo RIMA (pág. 49):

Reconhece que o projeto pretende se instalar em território da Pecuária Familiar, onde há "um grande número de propriedades rurais", onde criam gado, ovelhas e cavalos tanto para a venda como para utilização própria, há gerações, pois "a maioria dos proprietários possui suas terras por herança". Além do patrimônio imaterial que afirma existir pela descrição feita, reconhece que há um patrimônio material: "há casas centenárias".



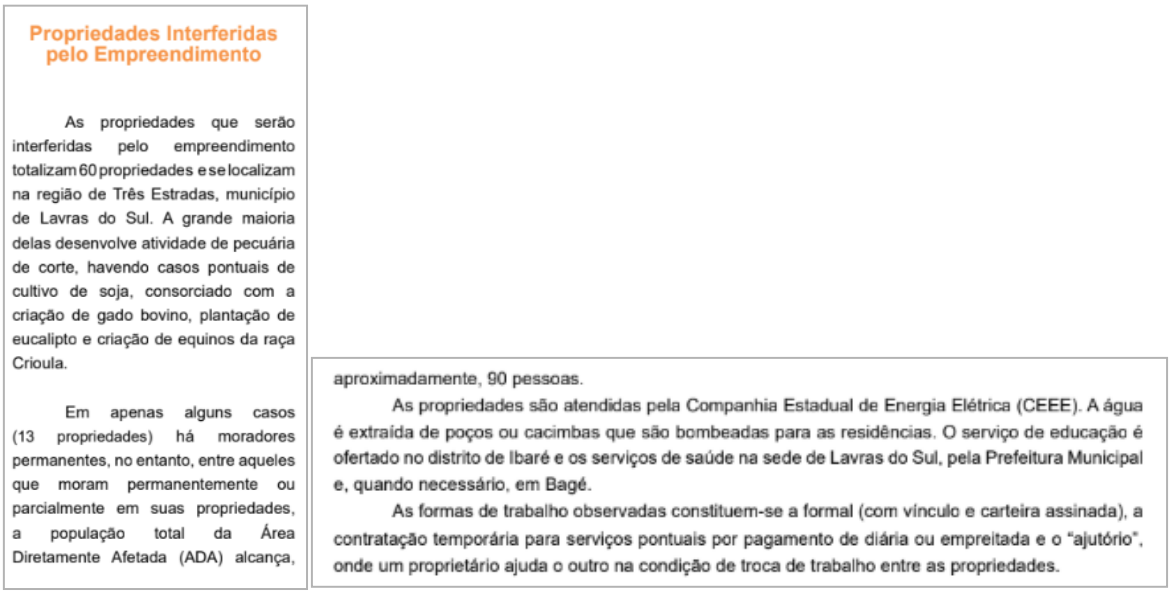
Vilas e Povoados Próximos ao Projeto

As principais vilas e povoados próximos ao Projeto correspondem à Vila de Ibaré e Vila de São Sebastião.

Ibaré se localiza a aproximadamente 20 quilômetros da região de Três Estradas, onde se insere o Projeto. Sua ocupação se deu no início do século XX, a partir de 1930, sobretudo em função da construção da linha férrea, a qual demandou a construção de uma estação na região. Foi constituída como distrito em 1938, porém teve o deslocamento da linha férrea a sudeste da Vila em 1970, repercutindo na desativação da antiga estação e mais adiante, na interrupção do transporte de passageiros, em 1980. A Vila de São Sebastião (Torquato Severo) é o distrito mais próximo de Três Estradas, pertencente a Dom Pedrito e localizada na BR 473, no trecho que dá acesso a Bagé, para quem vai de Lavras do Sul por esta via. Nas duas Vilas verificam-se condições urbanas pouco desenvolvidas, com ruas sem asfalto, infraestrutura básica mínima, precariedade no abastecimento de energia, apresentando apenas atenção básica de saúde e sistema educacional até os últimos anos do ensino fundamental. Em relação à percepção dessas comunidades sobre o Projeto Fosfato, de forma geral, verificou-se simultâneamente uma aprovação e aceitação, mas ao mesmo tempo, uma rejeição, formando-se grupos de proprietários prós e contras o empreendimento. A principal expectativa verificada nessas comunidades em relação ao empreendimento está relacionada à geração de empregos. A **Figura 56** apresenta alguns registros dos adensamentos urbanos mais próximos ao Projeto Fosfato.

Novo RIMA (pág 51):

Reconhece que a percepção das comunidades próximas, sobre o projeto é simultaneamente, de aceitação e de rejeição, "formando-se grupos de proprietários prós e contras o empreendimento" e que a principal expectativa das comunidades está relacionada à geração de empregos, justamente a informação omitida no Novo RIMA para a Etapa de Operação da Mina, prevista em 50 anos.



Propriedades Interferidas pelo Empreendimento

As propriedades que serão interferidas pelo empreendimento totalizam 60 propriedades e se localizam na região de Três Estradas, município de Lavras do Sul. A grande maioria delas desenvolve atividade de pecuária de corte, havendo casos pontuais de cultivo de soja, consorciado com a criação de gado bovino, plantação de eucalipto e criação de equinos da raça Crioula.

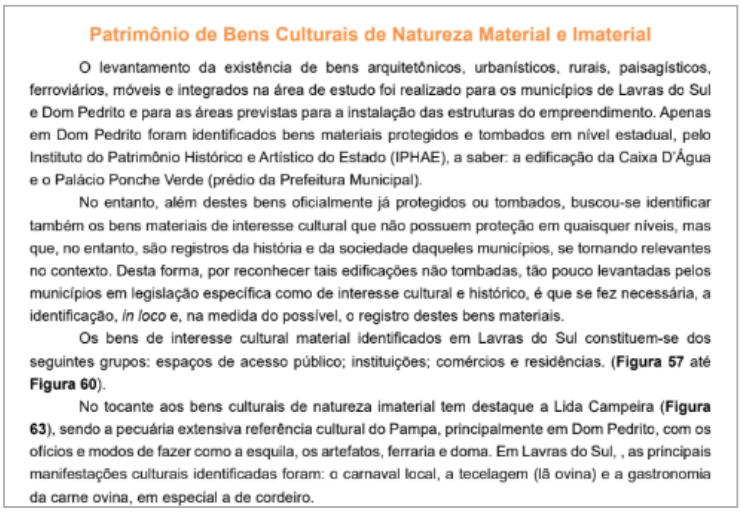
Em apenas alguns casos (13 propriedades) há moradores permanentes, no entanto, entre aqueles que moram permanentemente ou parcialmente em suas propriedades, a população total da Área Diretamente Afetada (ADA) alcança, aproximadamente, 90 pessoas.

As propriedades são atendidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). A água é extraída de poços ou cacimbas que são bombeadas para as residências. O serviço de educação é ofertado no distrito de Ibaré e os serviços de saúde na sede de Lavras do Sul, pela Prefeitura Municipal e, quando necessário, em Bagé.

As formas de trabalho observadas constituem-se a formal (com vínculo e carteira assinada), a contratação temporária para serviços pontuais por pagamento de diária ou empreitada e o "ajutório", onde um proprietário ajuda o outro na condição de troca de trabalho entre as propriedades.

Novo RIMA (págs. 51 e 52):

Reconhece novamente que a ADA é território da Pecuária Familiar. Informa números inconsistentes com base em diagnóstico parcial e frágil, subdimensiona número de moradores e de propriedades e desconsidera costumes e dinâmicas locais e espaciais próprias quando se refere a estimativa de moradores da comunidade.



Patrimônio de Bens Culturais de Natureza Material e Imaterial

O levantamento da existência de bens arquitetônicos, urbanísticos, rurais, paisagísticos, ferroviários, móveis e integrados na área de estudo foi realizado para os municípios de Lavras do Sul e Dom Pedrito e para as áreas previstas para a instalação das estruturas do empreendimento. Apenas em Dom Pedrito foram identificados bens materiais protegidos e tombados em nível estadual, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), a saber: a edificação da Caixa D'Água e o Palácio Ponche Verde (prédio da Prefeitura Municipal).

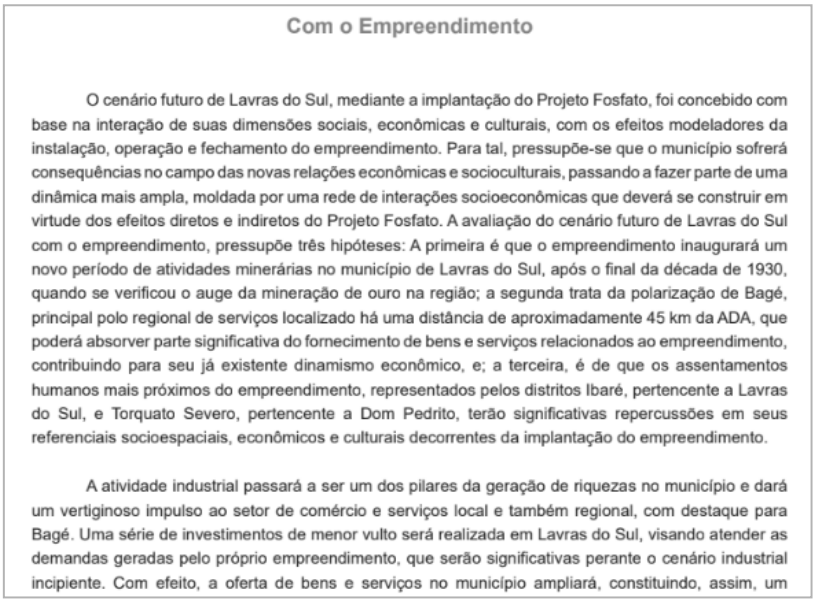
No entanto, além destes bens oficialmente já protegidos ou tombados, buscou-se identificar também os bens materiais de interesse cultural que não possuem proteção em quaisquer níveis, mas que, no entanto, são registros da história e da sociedade daqueles municípios, se tornando relevantes no contexto. Desta forma, por reconhecer tais edificações não tombadas, tão pouco levantadas pelos municípios em legislação específica como de interesse cultural e histórico, é que se fez necessária, a identificação, *in loco* e, na medida do possível, o registro destes bens materiais.

Os bens de interesse cultural material identificados em Lavras do Sul constituem-se dos seguintes grupos: espaços de acesso público; instituições; comércios e residências. (**Figura 57** até **Figura 60**).

No tocante aos bens culturais de natureza imaterial tem destaque a Lida Campeira (**Figura 63**), sendo a pecuária extensiva referência cultural do Pampa, principalmente em Dom Pedrito, com os ofícios e modos de fazer como a esquila, os artefatos, ferraria e doma. Em Lavras do Sul, , as principais manifestações culturais identificadas foram: o carnaval local, a tecelagem (lã ovina) e a gastronomia da carne ovina, em especial a de cordeiro.

Novo RIMA (pág. 52):

O Novo RIMA dedica apenas 5 linhas ao patrimônio imaterial (Lida Campeira) que é reconhecido e relacionado à história e modo de vida das comunidades locais de Pecuaristas Familiares. Isso evidencia uma intenção de reduzir a importância deste aspecto na avaliação dos impactos do projeto, passando uma ideia, para as comunidades, de que aquilo que elas fazem e vivem não é relevante em um estudo de impacto ambiental.



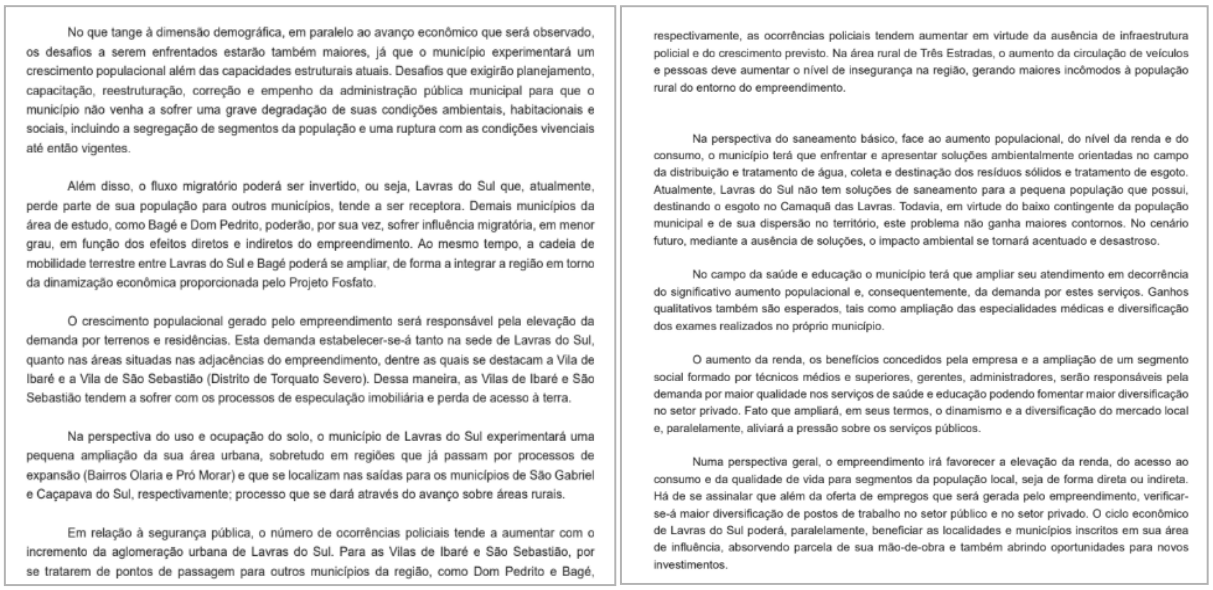
Com o Empreendimento

O cenário futuro de Lavras do Sul, mediante a implantação do Projeto Fosfato, foi concebido com base na interação de suas dimensões sociais, econômicas e culturais, com os efeitos modeladores da instalação, operação e fechamento do empreendimento. Para tal, pressupõe-se que o município sofrerá consequências no campo das novas relações econômicas e socioculturais, passando a fazer parte de uma dinâmica mais ampla, moldada por uma rede de interações socioeconômicas que deverá se construir em virtude dos efeitos diretos e indiretos do Projeto Fosfato. A avaliação do cenário futuro de Lavras do Sul com o empreendimento, pressupõe três hipóteses: A primeira é que o empreendimento inaugurará um novo período de atividades minerárias no município de Lavras do Sul, após o final da década de 1930, quando se verificou o auge da mineração de ouro na região; a segunda trata da polarização de Bagé, principal polo regional de serviços localizado há uma distância de aproximadamente 45 km da ADA, que poderá absorver parte significativa do fornecimento de bens e serviços relacionados ao empreendimento, contribuindo para seu já existente dinamismo econômico, e; a terceira, é de que os assentamentos humanos mais próximos do empreendimento, representados pelos distritos Ibaré, pertencente a Lavras do Sul, e Torquato Severo, pertencente a Dom Pedrito, terão significativas repercussões em seus referenciais socioespaciais, econômicos e culturais decorrentes da implantação do empreendimento.

A atividade industrial passará a ser um dos pilares da geração de riquezas no município e dará um vertiginoso impulso ao setor de comércio e serviços local e também regional, com destaque para Bagé. Uma série de investimentos de menor vulto será realizada em Lavras do Sul, visando atender as demandas geradas pelo próprio empreendimento, que serão significativas perante o cenário industrial incipiente. Com efeito, a oferta de bens e serviços no município ampliará, constituindo, assim, um

Novo RIMA (pág. 57):

O prognóstico ambiental para o meio socioeconômico e cultural no cenário COM a implantação do empreendimento, afirma que haverá "significativas repercussões" nos "referenciais socioespaciais, econômicos e culturais decorrentes da implantação do empreendimento" no Município de Dom Pedrito. Também afirma influência da atividade industrial no município de Bagé. Entretanto, parece que tais Municípios só terão crescimento econômico, sem impactos aos territórios, modos de vida e cultura. Mesmo com diversas manifestações da sociedade civil pedindo Audiência Pública em Dom Pedrito, ela não ocorreu.



No que tange à dimensão demográfica, em paralelo ao avanço econômico que será observado, os desafios a serem enfrentados estarão também maiores, já que o município experimentará um crescimento populacional além das capacidades estruturais atuais. Desafios que exigirão planejamento, capacitação, reestruturação, correção e empenho da administração pública municipal para que o município não venha a sofrer uma grave degradação de suas condições ambientais, habitacionais e sociais, incluindo a segregação de segmentos da população e uma ruptura com as condições vivenciais até então vigentes.

Além disso, o fluxo migratório poderá ser invertido, ou seja, Lavras do Sul que, atualmente, perde parte de sua população para outros municípios, tende a ser receptora. Demais municípios da área de estudo, como Bagé e Dom Pedrito, poderão, por sua vez, sofrer influência migratória, em menor grau, em função dos efeitos diretos e indiretos do empreendimento. Ao mesmo tempo, a cadeia de mobilidade terrestre entre Lavras do Sul e Bagé poderá se ampliar, de forma a integrar a região em torno da dinamização econômica proporcionada pelo Projeto Fosfato.

O crescimento populacional gerado pelo empreendimento será responsável pela elevação da demanda por terrenos e residências. Esta demanda estabelecer-se-á tanto na sede de Lavras do Sul, quanto nas áreas situadas nas adjacências do empreendimento, dentre as quais se destacam a Vila de Ibaré e a Vila de São Sebastião (Distrito de Torquato Severo). Dessa maneira, as Vilas de Ibaré e São Sebastião tendem a sofrer com os processos de especulação imobiliária e perda de acesso à terra.

Na perspectiva do uso e ocupação do solo, o município de Lavras do Sul experimentará uma pequena ampliação da sua área urbana, sobretudo em regiões que já passam por processos de expansão (Bairros Olaria e Pró Morar) e que se localizam nas saídas para os municípios de São Gabriel e Caçapava do Sul, respectivamente; processo que se dará através do avanço sobre áreas rurais.

Em relação à segurança pública, o número de ocorrências policiais tende a aumentar com o incremento da aglomeração urbana de Lavras do Sul. Para as Vilas de Ibaré e São Sebastião, por se tratarem de pontos de passagem para outros municípios da região, como Dom Pedrito e Bagé, respectivamente, as ocorrências policiais tendem aumentar em virtude da ausência de infraestrutura policial e do crescimento previsto. Na área rural de Três Estradas, o aumento da circulação de veículos e pessoas deve aumentar o nível de insegurança na região, gerando maiores incômodos à população rural do entorno do empreendimento.

Na perspectiva do saneamento básico, face ao aumento populacional, do nível da renda e do consumo, o município terá que enfrentar e apresentar soluções ambientalmente orientadas no campo da distribuição e tratamento de água, coleta e destinação dos resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Atualmente, Lavras do Sul não tem soluções de saneamento para a pequena população que possui, destinando o esgoto no Camaquã das Lavras. Todavia, em virtude do baixo contingente da população municipal e de sua dispersão no território, este problema não ganha maiores contornos. No cenário futuro, mediante a ausência de soluções, o impacto ambiental se tornará acentuado e desastroso.

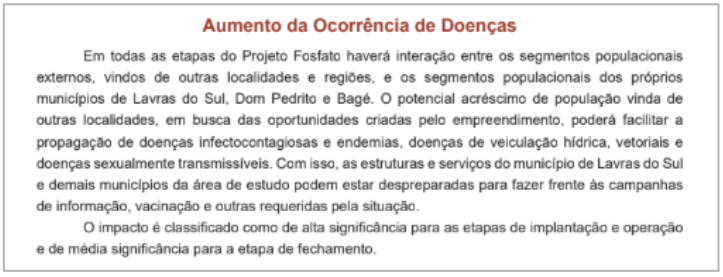
No campo da saúde e educação o município terá que ampliar seu atendimento em decorrência do significativo aumento populacional e, consequentemente, da demanda por estes serviços. Ganhos qualitativos também são esperados, tais como ampliação das especialidades médicas e diversificação dos exames realizados no próprio município.

O aumento da renda, os benefícios concedidos pela empresa e a ampliação de um segmento social formado por técnicos médios e superiores, gerentes, administradores, serão responsáveis pela demanda por maior qualidade nos serviços de saúde e educação podendo fomentar maior diversificação no setor privado. Fato que ampliará, em seus termos, o dinamismo e a diversificação do mercado local e, paralelamente, aliviará a pressão sobre os serviços públicos.

Numa perspectiva geral, o empreendimento irá favorecer a elevação da renda, do acesso ao consumo e da qualidade de vida para segmentos da população local, seja de forma direta ou indireta. Há de se assinalar que além da oferta de empregos que será gerada pelo empreendimento, verificar-se-á maior diversificação de postos de trabalho no setor público e no setor privado. O ciclo econômico de Lavras do Sul poderá, paralelamente, beneficiar as localidades e municípios inscritos em sua área de influência, absorvendo parcela de sua mão-de-obra e também abrindo oportunidades para novos investimentos.

Novo RIMA (pág. 58):

O cenário do horror caso o projeto seja instalado, nunca foi mencionado em nenhuma das cerca de 120 matérias publicadas pela Aguia no site do projeto, nem nos debates e nem mesmo na Audiência Pública: "segregação de segmentos da população", "ruptura das condições vivenciais", "processos de especulação imobiliária e perda de acesso a terra", expansão urbana com "avanço sobre áreas rurais", "ocorrências policiais tendem a aumentar", em Três Estradas "o aumento da circulação de veículos e pessoas deve aumentar o nível de insegurança na região, gerando maiores incômodos à população rural em torno do empreendimento". Indica que Bagé e Dom Pedrito poderão sofrer influência migratória. Apontam para a necessidade de planejamento e reestruturação da administração pública municipal de Lavras do Sul para evitar a "degradação de suas condições ambientais, habitacionais e sociais" tendo em vista o aumento populacional e o consequente aumento da demanda de serviços públicos de saneamento, saúde e educação. A Prefeitura nunca sinalizou como está se planejando para este cenário, embora a atual gestão declare apoio explícito ao projeto.



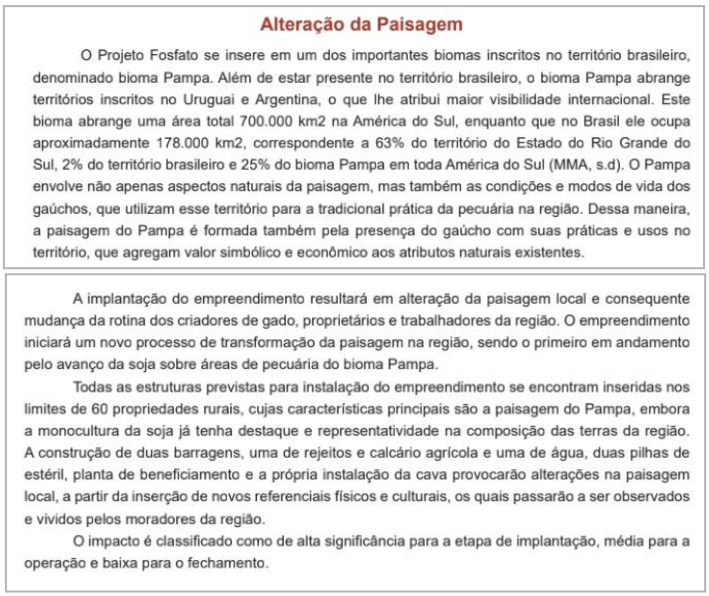
Aumento da Ocorrência de Doenças

Em todas as etapas do Projeto Fosfato haverá interação entre os segmentos populacionais externos, vindos de outras localidades e regiões, e os segmentos populacionais dos próprios municípios de Lavras do Sul, Dom Pedrito e Bagé. O potencial acréscimo de população vinda de outras localidades, em busca das oportunidades criadas pelo empreendimento, poderá facilitar a propagação de doenças infectocontagiosas e endemias, doenças de veiculação hídrica, vetoriais e doenças sexualmente transmissíveis. Com isso, as estruturas e serviços do município de Lavras do Sul e demais municípios da área de estudo podem estar despreparadas para fazer frente às campanhas de informação, vacinação e outras requeridas pela situação.

O impacto é classificado como de alta significância para as etapas de implantação e operação e de média significância para a etapa de fechamento.

Novo RIMA (pág. 68):

Aponta para um provável aumento da "propagação de doenças infectocontagiosas e endêmicas, doenças de veiculação hídrica, vetoriais e doenças sexualmente transmissíveis" e prevê que a Prefeitura de Lavras do Sul poderá estar despreparada.



Alteração da Paisagem

O Projeto Fosfato se insere em um dos importantes biomas inscritos no território brasileiro, denominado bioma Pampa. Além de estar presente no território brasileiro, o bioma Pampa abrange territórios inscritos no Uruguai e Argentina, o que lhe atribui maior visibilidade internacional. Este bioma abrange uma área total 700.000 km2 na América do Sul, enquanto que no Brasil ele ocupa aproximadamente 178.000 km2, correspondente a 63% do território do Estado do Rio Grande do Sul, 2% do território brasileiro e 25% do bioma Pampa em toda América do Sul (MMA, s.d). O Pampa envolve não apenas aspectos naturais da paisagem, mas também as condições e modos de vida dos gaúchos, que utilizam esse território para a tradicional prática da pecuária na região. Dessa maneira, a paisagem do Pampa é formada também pela presença do gaúcho com suas práticas e usos no território, que agregam valor simbólico e econômico aos atributos naturais existentes.

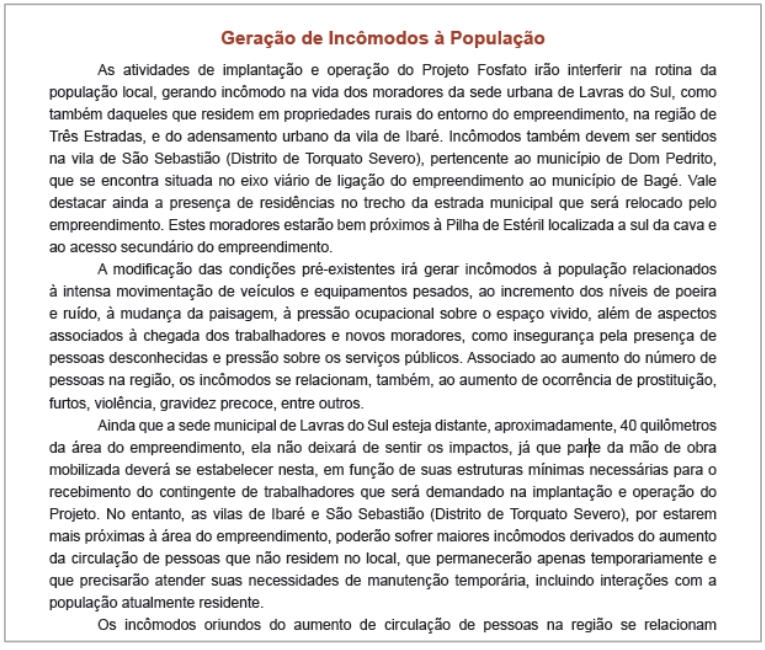
A implantação do empreendimento resultará em alteração da paisagem local e consequente mudança da rotina dos criadores de gado, proprietários e trabalhadores da região. O empreendimento iniciará um novo processo de transformação da paisagem na região, sendo o primeiro em andamento pelo avanço da soja sobre áreas de pecuária do bioma Pampa.

Todas as estruturas previstas para instalação do empreendimento se encontram inseridas nos limites de 60 propriedades rurais, cujas características principais são a paisagem do Pampa, embora a monocultura da soja já tenha destaque e representatividade na composição das terras da região. A construção de duas barragens, uma de rejeitos e calcário agrícola e uma de água, duas pilhas de estéril, planta de beneficiamento e a própria instalação da cava provocarão alterações na paisagem local, a partir da inserção de novos referenciais físicos e culturais, os quais passarão a ser observados e vividos pelos moradores da região.

O impacto é classificado como de alta significância para a etapa de implantação, média para a operação e baixa para o fechamento.

Novo RIMA (pág. 68 e 69):

Reconhece, mesmo sem aprofundar, que a paisagem está associada ao modo de vida, as práticas cotidianas e costumeiras e ao uso do território. Reconhece que a soja tem descaracterizado e degradado o pampa ao ocupar áreas da pecuária. Com a mineração pretendem dar continuidade à degradação iniciada pela soja: "o empreendimento iniciará um novo processo de transformação da paisagem na região". Ou seja, impulsionará a transformação da paisagem na região da ADA, onde as 60 propriedades estão localizadas e onde as "características principais são a paisagem do Pampa". Esta comunidade, com seu modo de vida que conservou este lugar, deve se mudar, porque ali terá barragens e cavas e pilhas...simples assim...e então, "novos referenciais (...) passarão a ser observados e vividos pelos moradores da região".



Geração de Incômodos à População

As atividades de implantação e operação do Projeto Fosfato irão interferir na rotina da população local, gerando incômodo na vida dos moradores da sede urbana de Lavras do Sul, como também daqueles que residem em propriedades rurais do entorno do empreendimento, na região de Três Estradas, e do adensamento urbano da vila de Ibaré. Incômodos também devem ser sentidos na vila de São Sebastião (Distrito de Torquato Severo), pertencente ao município de Dom Pedrito, que se encontra situada no eixo viário de ligação do empreendimento ao município de Bagé. Vale destacar ainda a presença de residências no trecho da estrada municipal que será relocado pelo empreendimento. Estes moradores estarão bem próximos à Pilha de Estéril localizada a sul da cava e ao acesso secundário do empreendimento.

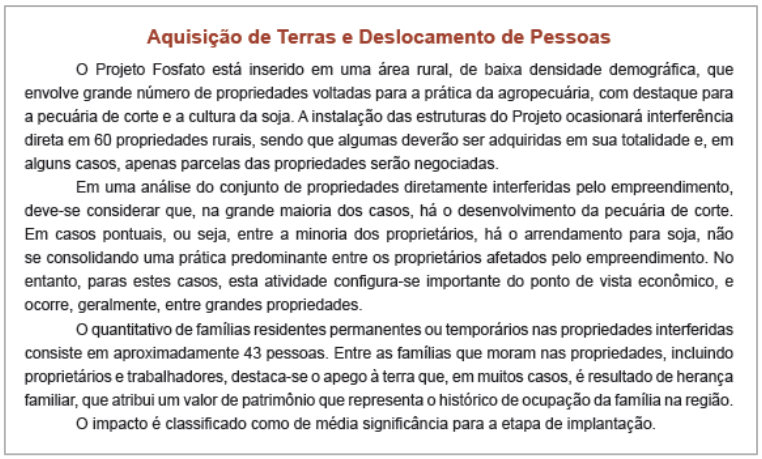
A modificação das condições pré-existentes irá gerar incômodos à população relacionados à intensa movimentação de veículos e equipamentos pesados, ao incremento dos níveis de poeira e ruído, à mudança da paisagem, à pressão ocupacional sobre o espaço vivido, além de aspectos associados à chegada dos trabalhadores e novos moradores, como insegurança pela presença de pessoas desconhecidas e pressão sobre os serviços públicos. Associado ao aumento do número de pessoas na região, os incômodos se relacionam, também, ao aumento de ocorrência de prostituição, furtos, violência, gravidez precoce, entre outros.

Ainda que a sede municipal de Lavras do Sul esteja distante, aproximadamente, 40 quilômetros da área do empreendimento, ela não deixará de sentir os impactos, já que parte da mão de obra mobilizada deverá se estabelecer nesta, em função de suas estruturas mínimas necessárias para o recebimento do contingente de trabalhadores que será demandado na implantação e operação do Projeto. No entanto, as vilas de Ibaré e São Sebastião (Distrito de Torquato Severo), por estarem mais próximas à área do empreendimento, poderão sofrer maiores incômodos derivados do aumento da circulação de pessoas que não residem no local, que permanecerão apenas temporariamente e que precisarão atender suas necessidades de manutenção temporária, incluindo interações com a população atualmente residente.

Os incômodos oriundos do aumento de circulação de pessoas na região se relacionam

Novo RIMA (pág. 69):

Novamente cita impactos em Dom Pedrito e Bagé, além de Lavras do Sul, especialmente para as famílias que permaneceriam no entorno do empreendimento, na Vila Ibaré e para a própria sede Municipal. São inúmeros os impactos: poeira, ruídos, pressão ocupacional do espaço, insegurança, prostituição, furtos, violência, gravidez precoce, dentre outros.



Aquisição de Terras e Deslocamento de Pessoas

O Projeto Fosfato está inserido em uma área rural, de baixa densidade demográfica, que envolve grande número de propriedades voltadas para a prática da agropecuária, com destaque para a pecuária de corte e a cultura da soja. A instalação das estruturas do Projeto ocasionará interferência direta em 60 propriedades rurais, sendo que algumas deverão ser adquiridas em sua totalidade e, em alguns casos, apenas parcelas das propriedades serão negociadas.

Em uma análise do conjunto de propriedades diretamente interferidas pelo empreendimento, deve-se considerar que, na grande maioria dos casos, há o desenvolvimento da pecuária de corte. Em casos pontuais, ou seja, entre a minoria dos proprietários, há o arrendamento para soja, não se consolidando uma prática predominante entre os proprietários afetados pelo empreendimento. No entanto, paras estes casos, esta atividade configura-se importante do ponto de vista econômico, e ocorre, geralmente, entre grandes propriedades.

O quantitativo de famílias residentes permanentes ou temporários nas propriedades interferidas consiste em aproximadamente 43 pessoas. Entre as famílias que moram nas propriedades, incluindo proprietários e trabalhadores, destaca-se o apego à terra que, em muitos casos, é resultado de herança familiar, que atribui um valor de patrimônio que representa o histórico de ocupação da família na região.

O impacto é classificado como de média significância para a etapa de implantação.

Novo RIMA (pág. 69):

Reconhece novamente que a ADA é território da Pecuária Familiar, embora tente minimizar aspectos socioculturais relacionados à identidade e modo de vida desta comunidade. O "apego a terra" que é visto pela empresa como um capital herdado; para as famílias, é herança, é história, é memória, é modo de vida, são conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, à paisagem. Novamente há um desrespeito da empresa para com a comunidade, seus valores e modo de vida e uma intenção de reduzir sua importância na avaliação dos impactos do projeto. Há inconsistências relacionadas aos próprios dados sobre a população total da ADA informada na pág. 51 e 52, onde afirmam ser de 90 pessoas e aqui afirmam ser de 43 pessoas. Ambos os dados estão subestimados, tendo em vista que o diagnóstico do meio socioeconômico do EIA foi parcial e frágil (ver capítulo 5).

7. TRÊS ESTRADAS TEM GENTE, TEM VOZ, TEM MEMÓRIA, TEM SABERES, TEM HISTÓRIA...

"Vem eles com a conversinha deles...
...achavam que [a gente] era pessoal ignorante, da campanha, desinformado."

O trabalho de campo que utilizou a metodologia da HISTORIA ORAL foi realizado no mês de setembro de 2019 na comunidade de Três Estradas em Lavras do Sul, RS, na região da ADA do projeto. Foram feitos diálogos orientados, registros escritos e fotográficos sobre o que pensam e sentem as famílias em relação ao seu modo de vida e suas perspectivas.

O tema da mineração apareceu de forma espontânea no decorrer dos diálogos, sendo a partir daí, introduzidas perguntas mais objetivas sobre o projeto de mineração e sobre a relação com a empresa. A escuta e observação atenta orientou o trabalho de campo.

Segue abaixo depoimentos colhidos de mulheres, homens, jovens e pessoas idosas, moradoras de Três Estradas, agrupados por temáticas. Os nomes das pessoas foram preservados.

"Eu nasci em Bagé, mas o resto da minha família, avó, bisavó... é daqui. Minha família foi pra Bagé pros meus irmãos mais velhos estudarem e eu nasci lá... por acaso."

"Meu sogro vai fazer 92 anos. No inverno se resguarda mais em Bagé, mas no verão ele vem pra cá."

"Tô aqui desde que nasci, meu pai, bisavô..."

"Daqui até Três Estradas era do meu bisavô...que é justamente onde vai ter a mina."

Depoimentos que evidenciam que a informação fornecida no EIA sobre origem e número de pessoas moradoras da comunidade, não foi relativizada em relação ao modo de vida e costumes locais. Mesmo que pessoas tenham nascido, ou morem, ou passem certo tempo em outro Município da região, como Bagé, por exemplo, não quer dizer que não pertençam à comunidade. A dinâmica sociocultural e espacial, o modo de vida, A ANCESTRALIDADE, OS COSTUMES LOCAIS E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"Sou campeira, adoro bicho."

"Tenho gado, ovelha, cavalo. Planto lavourinha..."

"A gente levanta de manhã cedo, toma mate..."

"Aqui na campanha é melhor, mais calmo. Como tá, tá bom."

"Benzer gado aprendi com meu pai... Eu benzo tormenta."

"A raíz ´[da quina] é bom pra chá."

"Fiz muitos partos...vinham me buscar."

"A gente costuma conversar na campanha. Sentar, tomar chimarrão, trocar receita... Chimarrão é reunido, sem o celular. Do lado do fogão a lenha, comendo bolo frito. Pai, mãe, filhos... a gente gosta assim... A gente adquire muito conhecimento que as pessoas mais velhas vão passando pra gente. ... Receita pra sapinho...Agora tá diferente. E agora com a firma..."

Depoimentos que evidenciam as características próprias da identidade das pessoas e desta comunidade, com um MODO DE VIDA TÍPICO, MANTIDO E REPRODUZIDO AO LONGO DE GERAÇÕES, com diversos conhecimentos tradicionais associados à manutenção da vida na campanha e à biodiversidade. Os riscos ao modo de vida e a perda cultural, inclusive de conhecimentos tradicionais, não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"Aqui tu tá numa região de pecuária familiar...Três Estradas pra cá, tudo é pequeno!"

"Tudo ali é campo nativo."

"Esse arroio, Taquarembó... do lado de lá é Dom Pedrito. Lavras e Dom Pedrito são os melhores campos. Aqui se consegue colocar mais de 1 animal [mais de 400 kg] ano redondo. Tu tá numa bacia aqui maravilhosa! A quantidade e qualidade de gramíneas e leguminosas é altíssima!"

"A pecuária sempre foi nosso primeiro trabalho, a primeira renda."

"200 cordeiros me dá 50 mil por ano. Vendo vivo. Se for agregar dobra o valor."

"Presto serviço pra vizinhos. A renda é da pecuária e prestação de serviço."

"Pecuarista familiar tem muito de um ajudar o outro."

"Eu gosto de ovelha, gado, porco... tudo que dizem que não dá renda."

"Eu mesmo esquilo, sou esquilador... Alambrado eu faço..."

"Faço arame, esquilo a martelo... sei afiar. Domava... Castro cavalo...é complicado, porque cavalo é fácil de matar. Pra castrar tem lua!"

"Gosto muito de lidar com laço...Eu pialo de cucharra, de bolcado e de todo laço...e ao revés".

"Sei melar abelha com machado"

"Figada e marmelada no tacho, me criei vendo a mãe fazer."

"Faço carreteiro de charque. Sempre cozinhei. Aprendi com meu pai. Faço charque de ovelha. Faço canjica temperada, tripa gorda, tchitchulim, matambre frito."

"Eu acho água com a varinha."

"O quanto eu puder defender [o campo nativo] da mineração, da soja, vou defender... eu gosto de lidar com campo... Gosto muito disso aí!"

Depoimentos que evidenciam que há uma série de ofícios, lidas campeiras e conhecimentos tradicionais associados ao modo de vida nesta região do bioma Pampa que foram mantidos e aperfeiçoados ao longo das gerações. A COMUNIDADE LOCAL RECONHECE QUE A REGIÃO É TERRITÓRIO DE PECUARISTAS FAMILIARES COM CAMPOS NATIVOS DE ÓTIMA QUALIDADE, e sua manutenção é fundamental para manter o modo de vida e de produção, tanto para consumo quanto para geração de renda. A territorialidade e os conhecimentos, lidas e ofícios associados não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"Não tem dinheiro que pague tua tranquilidade, a água, animais com saúde, o lugar sagrado, a história da tua família."

"Porque as barragens desmancharam lá [em Minas Gerais] ?... água...é Oxum, pedra...é Xangô, mato...é Oxóssi... Não pediram licença! Eu, quando vou tomar um chá, tenho que pedir licença. Como é que vou botar a mão?"

"Lajeado é sagrado pra mim. Adoro aquele lajeado, e quando tenho que fazer minhas obrigações, é lá que eu faço, porque tem água, pedra e mato. Agora, nem tô fazendo aqui...tô indo a Bagé, porque nem tem como fazer aqui..."

Depoimentos que evidenciam que HÁ LUGARES, PRÁTICAS, RELAÇÕES E VALORES SOCIOCULTURAIS SAGRADOS para moradoras e moradores da comunidade, na ADA do projeto. Os referencias sagrados não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"Pra nós aqui a preocupação é a mineração. Se chegar aqui, terminou a região, terminou a paz."

"Preocupação agora aqui, é a mina. Tudo que tu planeja, agora cai, porque tem uma mina pra se instalar...Tem gente que não troca a janela de casa."

"Faz 10 anos que andam por aqui. Vários andavam por aqui, catando pedrinha..."

"Todo nosso território é área muito preservada...e a gente tá com mineração. É um monte de gente que vai ser atingida."

"Essa sanga não seca nunca...Isso aí vai terminar."

"A mina de rejeitos! É brincadeira! Vem aqui nos fundos de casa! Temos cacimba!"

"No modo de vida vai nos afetar, porque a gente cria gado."

"A minha mãe que tem 80 anos vai ter que sair...pra sair de casa, só se for morta. Vai deslocar todo mundo, não tem dinheiro que pague."

"Sair, não saio daqui! Eu não quero, porque pode ser ruim. Pra sair daqui e ir pra outro lugar não é fácil, vai mudar tudo, fica mais difícil."

"A cidade não nos apoia... a gente não tá tendo apoio...Vão fazer a barragem no rio que a gente tomava banho."

"[Tem] uma firma de fosfato que pretende se instalar aqui. Eu tô torcendo que não venha porque me dou demais com as pessoas aqui... Tu vive num ar puro, de repente vem firma aí e se instala. Acredito que do modo financeiro a gente não se favorece em nada. Nem na segurança e tranquilidade porque vai se instalar um monte de gente."

"Como vão começar num lugar desconhecido? Nós aqui temos essa liberdade, boa relação com vizinhos. Vai comprar num lugar que não conhece, vai ter quem de vizinho? É uma coisa bem complicada."

Depoimentos que evidenciam que a comunidade está extremamente preocupada com o projeto de mineração e que há forte rejeição ao mesmo. As preocupações vão desde os impactos com o modo de vida, a história e a memória das pessoas, a tranquilidade, as relações de vizinhança, os recursos hídricos, a atividade de pecuária em campo nativo, e a insegurança frente ao futuro. HÁ MUITAS PREOCUPAÇÕES E FORTE REJEIÇÃO SOCIAL AO PROJETO, pela comunidade local, que não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"...se desmanchar a casa dele, vai morrer do coração. Mas ele ficou com medo e deixou entrar."

"Tem muita gente com medo. Dizem que falaram que se não deixasse entrar, entravam na justiça e podia até desapropriar."

"Eles entraram na justiça..."

Depoimentos que evidenciam que existem fatos e condições que geram medos e receios na comunidade, impedindo-a de agir livremente, especialmente por conta de processos judiciais já movidos pela empresa contra moradores locais que demonstraram resistência ao acesso da empresa para pesquisa e prospecção. A COMUNIDADE LOCAL VEM ENCONTRANDO BARREIRAS PARA MANIFESTAR SUA REJEIÇÃO AO PROJETO E NECESSITA DE ESPAÇOS E CONDIÇÕES SEGURAS PARA O EXERCÍCIO DESTE DIREITO. O diagnóstico socioeconômico apresentado no EIA RIMA aponta para a existência de rejeição, porém é incompleto, apontando para uma rejeição ainda maior.

"A gente vai nas reuniões com eles. A gente pergunta, eles enrolam. Eles explicam tecnicamente, mas a gente que é leigo não entende. "

"Aqui teve duas reuniões. Na primeira eu fui, tinha muita gente. Encheu o salão. Depois teve outra. Não fui na segunda. Tinha menos gente, umas 8 pessoas, os contrários nem foram."

"[Nas reuniões com a empresa] mostram tudo que pra eles é bom, né, mas o cara não entende... eles não falam nada..."

"[A empresa] disse que não tem valor. Que na hora que sair [a Licença] aí vão negociar."

"Nas reuniões com a Aguia os moradores perguntava quanto vai pagar. Nunca falaram. A estratégia [deles] é negociar individualmente."

"Tem muita gente contra. Mas nada vale! Todo mundo não sabe o que vai acontecer na verdade, porque eles não dizem direito. Fizeram 12, 13 anos de pesquisa, e ninguém sabe quando vai começar."

"Dizem que é certo, que vai sair! Eles são uma potência. Imagina, já gastaram milhões em pesquisa, como a gente vai ir contra?"

"Mineradora desagrega... coloca uns contra os outros..."

"Quando dava discussão nas reuniões, a mineradora ficava olhando, rindo, irônica..."

"E a gente teve lá em Lavras, quem era contra não pôde se manifestar... As vezes a gente não vai porque tá trabalhando, acham que não temos interesse... e as vezes não vale nem a pena, porque não te dizem nada... até agora nada, não dizem como vai ser, a questão da indenização..."

"Ficam comprando as pessoas, com bom carnaval, uma escolinha, etc"

"Pagaram pro... um quadrinho pra medir o vento. R$500,00 por mês... É desleal....aí quando fazem buraco, pagam por buraco..."

Depoimentos que evidenciam que A POSTURA DA EMPRESA NAS REUNIÕES É INADEQUADA, que algumas práticas da empresa têm gerado tensão na comunidade, que não há espaço adequado e seguro para expressar rejeição ao projeto e que A COMUNIDADE NÃO TEM TIDO RESPOSTAS AOS SEUS QUESTIONAMENTOS E INQUIETAÇÕES frente às mudanças e impactos potenciais do projeto em seu território. O direito a livre participação e o direito a informação detalhada e compreensível não foi respeitado no processo de licenciamento que emitiu LP.

"Aqui onde nós estamos não marcou nada, mas não dá pra ficar. Quantas pessoas vão ficar aqui? E a criação, como vai ser? Ficar aqui de que jeito? Se chega a estourar uma porcaria dessa aí? Mata todo mundo!"

"Vem eles com a conversinha deles, que vão tocar alarme. Em 4 segundos, onde tu vai ir? Não dá tempo de dizer `corre´..."

"Vai prejudicar, de que jeito ficar aqui? Banhar o gado como? Se quando tinha a máquina trabalhando ali, dia e noite, nós passando com o gado [no corredor], nós pedia pra parar e não paravam. Tinham que ter respeito. O gado se assustava... até levava, mas dava mais trabalho..."

"Na campanha todo mundo se conhece. Um repara os bichos dos outros. Imagina um monte de gente que vai vir. Pra nós é bastante preocupante... então pra nós isso aí é um tira sossego!"

"Não vai ter condições de morar... barulho, poeira. Não vai ter mais estradas. Atinge... pedaços do nosso campo. Como vamos trazer gado pra banhar? De avião?"

"[vai ter] impactos na saúde pra quem vai ficar."

Depoimentos que evidenciam preocupações com as famílias que não estão na ADA definida pela empresa, mas nas ilhas e no entorno, extremamente próximas de onde seriam as instalações do projeto. Há evidências de que a ADA foi subdimensionada e que as famílias do entorno e seu modo de vida não foram devidamente considerados no EIA RIMA.

"Esses dias tinha três caminhões ali..."

"A vaca pensou que [o drone da empresa] era abelha... [se assustou] quase me atropelou..."

"Tá mal, entrou em depressão."

"Se tem arame caído, [a pessoa] não sabe se faz... Já desmotivou muita gente."

"As pessoas estão deixando de fazer lidas cotidianas porque tem risco de sair dali...uma arame, cerca... ou querendo vender"

"Teve aquele verão, que a gente via aquela fumaceira, aquele pó, lá de baixo...via a fumaceira."

"Na sanga não dá pra tomar banho. [Eu] ia lavar roupa, coisa mais boa lavar roupa na sanga no verão, no lajeado. Criou uma nata, criou uma cor... mais pra baixo, no poço, sujou. Quando chove vem sujeira lá de cima. Sujou a água."

"Agora tô sempre filtrando água. Antes não! Antes quando tava campereando, apeava do cavalo e pegava água da sanga. Ainda pego, mas é perigoso!"

Depoimentos que evidenciam que HÁ IMPACTOS CONSIDERÁVEIS NO MODO DE VIDA, NAS LIDAS CAMPEIRAS, NOS OFÍCIOS, NA SAÚDE MENTAL, NOS RECURSOS HÍDRICOS E NO AR, JÁ PROVOCADOS PELA EMPRESA NA FASE DE PROSPECÇÃO. Se tais impactos já estão sendo sentidos, sem a devida preocupação da empresa e dos órgãos fiscalizadores, há fortes indícios que os impactos gerados pelo projeto seriam ainda maiores do que os projetados e sem preocupação com as dinâmicas socioculturais das famílias deste território, no entorno da ADA.

"Os planos da gente é dar continuidade... O filho vir pra cá, dar continuidade... passou de uma geração pra outra... a gente adora campanha e os filhos seguem com o mesmo carinho."

"Sempre teria que ter coisas para melhorar, mas mineração vai piorar..."

"A Prefeitura vem e pede...o que vcs querem?... [a gente diz:] estrada..."

"Governo deveria olhar mais pra gente da campanha. Nosso leite vai pra onde? A primeira coisa é melhorar as estradas. Quantos anos? E eu nunca vi assim!"

"A gente tinha que arrumar o corredor pra virem buscar leite. O acesso é importante pras pessoas, pra transportar alimentos."

"Tem dias que o ônibus nem passa aqui."

"Se o governo valorizar mais o trabalho da gente, o jovem não precisa sair daqui."

"Quando tem toda a família trabalhando...isso é o emprego. Jovens podem sair, fazer faculdade e podem voltar, porque sabem que pais estão aqui."

"Essa região hoje produz tanto! Se tivéssemos um projeto pra essa região... famílias podem ganhar tanto... não precisamos da mina."

Depoimentos que evidenciam que as perspectivas das famílias da ADA apontam para um CENÁRIO SEM O EMPREENDIMENTO, ou seja, pretendem dar continuidade ao modo de vida, a pecuária e ao trabalho no campo, por meio de outras gerações. Percebem o potencial e vocação da região para isso e demandam ações e políticas públicas da Prefeitura neste sentido. Porém, além destas demandas não estarem sendo atendidas pela Prefeitura, a mesma tem declarado apoio à empresa.

"Teve há muitos anos a viação férrea. Na época cortou os campos...eu tinha 7 anos. Hoje a gente vê que aquilo ali foi pouco, na dimensão que é hoje a mineração."
Jaguari/Três Estradas, Lavras do Sul. 2019

"Deixam buracos... e a contaminação? Isso a Fepam não vê?"

Prospecções em Três Estradas, Lavras do Sul. 2019

"O que tá acontecendo, da firma vir pra cá... achavam que era pessoal ignorante, da campanha, desinformado. Aí viram que não. E apesar das necessidades, dinheiro não compra tudo."
Três Estradas, Lavras do Sul. 2019

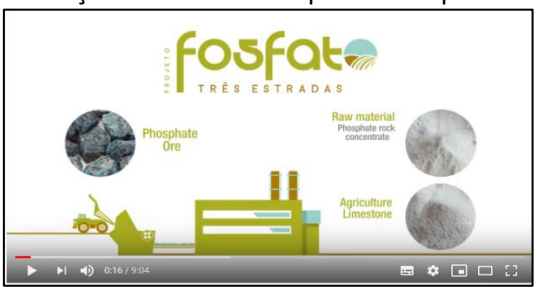
Crédito Fotografias:
Gabrielle Ücker Thum/ Núcleo Educamemória-FURG

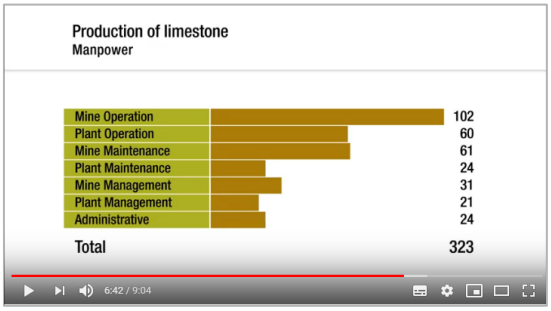
8. ANÁLISE DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL APÓS EMISSÃO DE LP

Abaixo são analisados materiais publicitários das empresas Aguia Resources e Águia Fertilizantes.

O vídeo **AGUIA CORPORATE VIDEO**[22] de 9 min. em inglês foi postado no youtube em setembro de 2018 e foi apresentado ao governador Eduardo Leite, ao Prefeito de Lavras do Sul e demais órgãos e setores apoiadores do projeto. O vídeo foi colocado e retirado do site da Aguia Resources em novembro de 2019, quando foi possível localizar seu endereço no youtube.
Uma edição traduzida para o português de apenas 1 minuto consta no facebook da Aguia Fertilizantes[23] desde 2018.

O vídeo apresenta de forma muito mais detalhada a localização das estruturas do projeto, incluindo as barragens de rejeitos, calcário e água, ou seja, a Aguia possui ferramenta de informação para atender muitos dos questionamentos das comunidades locais e nunca disponibilizou nem traduziu o material, omitindo, assim, informações fundamentais para a compreensão e participação social.





Conforme o vídeo da empresa, a MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA não seria maior do que 700 pessoas, sendo parte dessas pessoas contratadas PARA APENAS 4 MESES (período de pico da construção) ou seja, antes e após esse pico, a mão de obra necessária diminuiria consideravelmente e tais vagas se extinguiriam no período de 2 anos.

As vagas de empregos fixas, aquelas que existem durante o funcionamento do processo de extração da mina seria de 102 operadores de mina e adicionando os demais setores, a maioria cargos de administração e chefia, chegaria a um total de 323 pessoas empregadas. Tais cargos, de gestão, já estão decididos conforme apresentação PDF de novembro de 2019 elaborada para os investidores[24]. Logo, serão apenas 102 vagas de empregos fixos em aproximadamente 23 anos de funcionamento da mina de fosfato (os demais anos serão de venda de calcário armazenado).

As 62 propriedades das 41 famílias de proprietárias/os certamente geram mais trabalho e renda, além de manterem patrimônios culturais materiais e imateriais relacionados à identidade, ao território e à biodiversidade desta região tão conservada do bioma Pampa.

[22] https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=W_gPQcoHrG0&feature=emb_title
[23] https://pt-br.facebook.com/projetofosfato/videos/vb.310688086047221/701505886889834/?type=2&theater
[24] http://aguiaresources.com.au/site/wp-content/uploads/Corporate_Presentation_November_2019.pdf

O vídeo **FOSFATO TRÊS ESTRADAS, INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA** de quase 3 min., em português, foi divulgado pela Águia Fertilizantes um dia após a emissão da LP (em 16/10/2019) - ao que tudo indica, por meio direto para diversas pessoas de Lavras do Sul, provavelmente via lista de whatsapp de moradores da cidade - COMUNICANDO QUE O PROJETO NÃO TERIA BARRAGEM DE REJEITOS NEM USARIA RECURSOS HÍDRICOS, fazendo menção à PRIMEIRA FASE DO PROJETO, em uma tentativa de confundir a sociedade sobre as estruturas e impactos do projeto e sobre o processo de licenciamento. Foi postado no facebook da Águia Fertilizantes[25] em 22/10/2019.

Além de tentar passar uma imagem do produto Fosfato, como um ´produto natural` (o que poderia ser aqui questionado extensamente, inclusive o uso indevido de logomarcas associadas a agricultura orgânica utilizado no PDF para investidores[26], o vídeo provoca (provavelmente de forma intencional) uma confusão entre etapas, fases e instalações do projeto, PRESTANDO UM DESSERVIÇO A COMPREENSÃO E AO DEBATE JUNTO A SOCIEDADE, especialmente em Lavras do Sul.

O vídeo inicia dizendo que após anos de trabalho árduo obtiveram a Licença Prévia, não sem o apoio da Prefeitura e outras instituições, e diz que:

> *"a próxima **etapa** será a obtenção da licença de implantação".*

Em seguida aparece uma imagem contendo:

> *"Próxima fase: **implantação**"*

E segue dizendo:

> *"Durante esta **fase, de implantação** do projeto, nós da Aguia estamos desenvolvendo insumos minerais de aplicação direta para a agricultura, o melhor aproveitamento dos recursos minerais do projeto Três Estradas, vislumbrando o uso **mais inteligente, mais racional desses recursos minerais** que trarão **benesses** para o meio ambiente, para a sociedade, para a cidade, e para o produtor rural. A cidade vai ganhar com a **geração de empregos** diretos e indiretos, a qualificação da mão de obra local, a instalação da indústria de produção do produto final na cidade de Lavras do Sul e o incremento de renda e arrecadação.*

[25] https://m.facebook.com/projetofosfato/videos/vb.310688086047221/704100496762164/?type=2&theater
[26] http://aguiaresources.com.au/site/wp-content/uploads/Corporate_Presentation_November_2019.pdf

*O meio ambiente contará com um projeto de mineração **inovador e sustentável**, **sem uso de recursos hídricos durante a primeira etapa do projeto**, **sem geração de barragens de rejeitos**, com menor consumo energético para produção de um produto de fosfato natural e também **com menor emissão de gases do efeito estufa**. O agricultor ganhará um projeto que produzirá um fosfato localmente, com custo mais acessível, com melhor qualidade, contendo o macronutriente fosfato, além de outros macronutrientes como cálcio e magnésio, e **micronutrientes**. É um produto mais completo que visa a manutenção e o equilíbrio do solo, por um preço mais acessível para o produtor rural".*

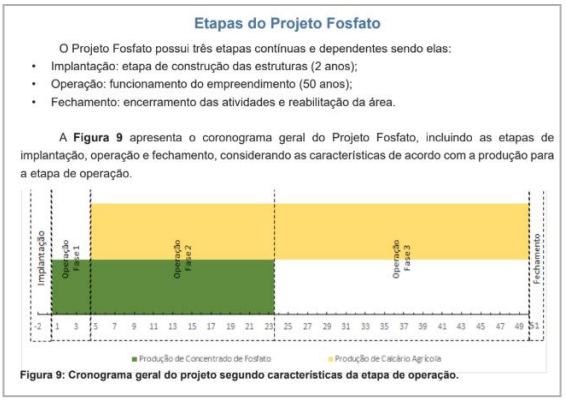
Há uma confusão entre etapas e fases e o vídeo utiliza isto para induzir uma compreensão equivocada do projeto. O Novo RIMA apresenta três etapas, sendo uma delas dividida em três fases, conforme demonstrado abaixo:

- Implantação (2 anos)

- Operação (50 anos) divididas em:
  . Fase 1 (4 anos)*
  . Fase 2 (19 anos)*
  . Fase 3 (27 anos)*

- Fechamento (1 ano?)

**Informações retiradas das complementações pois o RIMA não traz estes números, apenas o gráfico.*



Novo RIMA - pág. 21

OU SEJA...

O QUE O VÍDEO DIZ É QUE NÃO HAVERÁ USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO (2 ANOS) QUE É A ETAPA ATUAL, ANTES MESMO DA LI.

QUANTO À BARRAGEM DE REJEITOS O TEXTO DO VÍDEO PERMITE DUPLA INTERPRETAÇÃO, MAS INDUZ A COMPREENSÃO DE QUE O PROJETO COMO UM TODO NÃO TERÁ NENHUMA BARRAGEM DE REJEITOS.

O que o vídeo diz é isso...
O que ele quer dizer é que quer ser visto como **inovador e sustentável**...
Afinal, reconhece que NÃO É um projeto **inteligente nem racional**...
Faltou explicar quais as **benesses** para o ambiente e quais os contaminantes e rejeitos que serão agregados ao calcário para ele se tornar de melhor qualidade, com tantos **micronutrientes**...
Também faltou explicar a quantidade de empregos formais e informais em cada etapa e fase do projeto, o que certamente não condiz com a expectativa de **geração de empregos** que a empresa vem fomentando com seus materiais publicitários.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E REQUERIMENTO AO MPF

Considerando as inúmeras irregularidades e fragilidades existentes em relação ao projeto Fosfato Três Estradas, desde o estabelecimento da empresa Aguia em Lavras do Sul, RS:

a) a omissão de informações básicas sobre o meio socioeconômico no EIA,
b) a fragilidade e inconsistência do Novo RIMA,
c) a incoerência em não haver um novo EIA frente a um Novo RIMA,
d) o impedimento da sociedade ao livre acesso a informações detalhadas,
e) a realização de ações que de forma direta ou indireta induziram ao silenciamento, intimidação e não participação social no processo de licenciamento ambiental do projeto,
f) a realização de ações que de forma direta ou indireta atrapalharam, confundiram ou impediram a compreensão sobre o projeto e seus impactos,
g) a ausência de debate sobre os impactos e perspectivas frente ao projeto,
h) o não atendimento de manifestações e demandas da comunidade local, da comunidade acadêmica e da sociedade civil,
i) os indícios de práticas ilícitas, de desvio de função de agentes políticos e de desvio de finalidade de atos do poder público,
j) os indícios de práticas ilícitas de particulares em colaboração com administração pública,

Requere-se ao MPF que adote as medidas para apurar:

I. as práticas ilícitas de captura de agentes públicos permanentes e temporários,
II. o desvio de função de agentes políticos e desvio de finalidade de atos do poder público,
III. os indícios de práticas ilícitas de particulares em colaboração com administração pública,
IV. e em especial que adote medidas contundentes frente às graves violações aos direitos humanos à informação e participação praticadas pela FEPAM no procedimento administrativo de licenciamento ambiental em comento e tome as medidas para proceder a anulação da Licença Prévia LPER Nº 0035/2019 concedida no curso do licenciamento ambiental de lavra de fosfato a céu aberto requerido pela empresa Águia Fertilizantes S/A. conforme também Recomendado pelo CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, Recomendação n°26, em sua 54ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11 de dezembro de 2019.

É o que requerem:

Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
Fundação Luterana de Diaconia - FLD

17 de dezembro de 2019. Dia Nacional do Bioma Pampa.